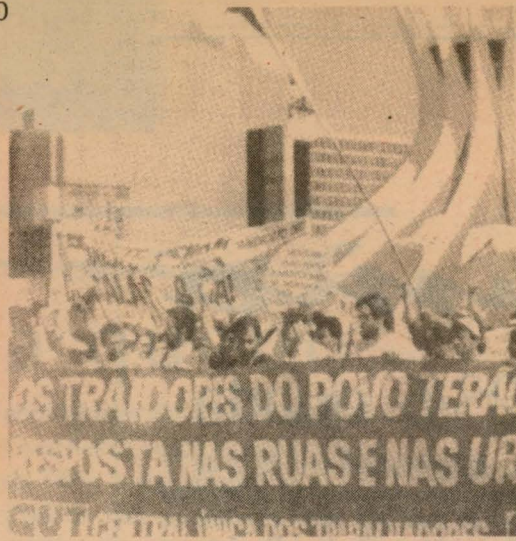


A Classe Operária



PROLETARIOS DE TODOS OS PAISES, UNI-VOS!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL



EVANDRO TEIXEIRA

REAJUSTE MENSAL

Trabalhadores foram a Brasília e continuam mobilizados pela aprovação definitiva do ajuste mensal dos salários

PÁGINA 7

CPI DAS PRIVATIZAÇÕES APURA

FALCATRUAS



Operários ocuparam as instalações da Ultrafertil numa prova inédita de resistência às privatizações

Protestos não impediram privatização da CSN

IRAQUE

Os bombardeios do imperialismo americano ao Iraque têm sido um atentado à soberania dos povos, repudiados pelos países árabes e pelos progressistas em todo o mundo.

PÁGINA 13

UNE

Realizado em Goiânia de 30 de junho a 4 de julho, o 43º Congresso da UNE foi um dos maiores eventos da história da entidade, que joga papel destacado na cena política brasileira.

PÁGINA 10

SEM-TERRA

Trabalhadores rurais realizaram no Maranhão uma marcha pela terra. Em Rio Maria, foi adiado, sob protestos, o julgamento dos assassinos do líder camponês Expedito Ribeiro.

PÁGINA 11

PCdoB

A Comissão Política do Comitê Central do PCdoB reuniu-se em São Paulo no dia 21 de junho e aprovou importantes resoluções políticas sobre a situação internacional e nacional.

PÁGINAS 4 e 5

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Resumo

22/6. terça

■ Anunciada pelo Banco Central do Brasil a duplicação de uma parte da dívida interna que de fevereiro de 92 a maio de 93 passou em termos reais de 4,2% para 8,6% do PIB e atingiu a cifra de US\$ 37,34 bilhões. Dessa dívida estão excluídos os papéis que ficam na carteira do Banco Central. As despesas que o BC teve com a emissão de bônus altamente remunerados na tentativa de controlar o crédito interno custaram à autoridade monetária cerca de US\$ 10 bilhões em 92. Essa despesa não entra nas contas do Tesouro Nacional nem aparece no Orçamento Geral da União. É algo parecido com uma conta paralela da qual não se tem controle.

22/6. terça

■ Divulgados alguns dados econômicos que questionam as supostas benesses que a aplicação do projeto neoliberal estaria trazendo ao Chile. A dívida externa em abril último atingiu a casa dos US\$ 18,22 bilhões, maior que há um ano e apesar do principal e dos juros estarem sendo pagos em dia, segundo informações do Banco Central chileno. Já o "buraco" da balança comercial não pára de crescer: apresentou em maio um déficit de US\$ 95,8 bilhões contra um superávit de US\$ 856,9 milhões em maio de 92.

23/6. quarta

■ Deflagrada uma greve de 72 horas que paralisou os principais portos franceses entre os quais Le Havre, Marseille-Fos, Bordeaux e Nantes. A manifestação foi organizada pela CGT francesa e teve como objetivos a melhoria salarial e o protesto contra a deteriorização do setor naval francês.

23/6. quarta

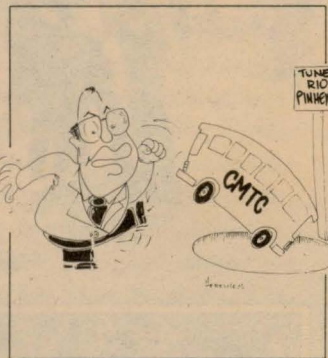
■ Realizada em Brasília uma caminhada que simbolizou o lançamento da Campanha Contra a Fome e a Miséria. Estiveram presentes várias entidades e personalidades entre as quais o presidente da Confederação Nacional das Associações de Moradores - Conam - Vladimir Dantas. Na mesma data realizaram-se atos com o mesmo sentido em várias capitais brasileiras.

24/6. quinta

■ Paralisação por uma hora das atividades dos operários da indústria de autopeças Carfriz de São Bernardo do Campo, SP, em solidariedade à enfermeira Elísia Paez da Silva, demitida no mês passado por não querer sair com o patrão, leia-se assédio sexual. A manifestação foi organizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e teve a participação de representantes de diversas categorias.

População deve opinar

■ Realizado na sede do Sindicato dos Condutores de SP o lançamento da campanha em favor de um plebiscito onde a população paulistana possa opinar sobre a privatização da CMTC. Participaram do ato parlamentares de diversos partidos e representantes de 27 entidades populares que se comprometeram a coletar as 62.000 assinaturas necessárias para que a Câmara Municipal examine o problema. A iniciativa originalmente proposta pelo vereador Vital Nolasco do PC do B deverá desempenhar um importante papel na luta contra o projeto neoliberal e a privatização da CMTC encarnadas pelo prefeito Paulo Maluf que só beneficiará os "tubarões da catraca" e causará prejuízos aos trabalhadores e usuários. Além disso, Vital e Ana Martins também vereadora pelo PC do B, entraram com uma representação na Procuradoria Geral do Estado contra a privatização da CMTC.



25/6. sexta

■ O Movimento Tortura Nunca Mais de Pernambuco protestou contra a outorga da Ordem do Mérito das Forças Armadas, na classe de Cavaleiro, ao coronel do Exército Dalmo Lúcio Muniz Cyrillo, acusado da morte de cinco militantes de partidos de esquerda, quando atuava no Rio de Janeiro e em São Paulo, entre eles o dirigente do PCdoB Carlos Nicolau Danielli.

25/6. sexta

■ No Brasil existem 500 mil meninas entre 10 e 16 anos na prostituição, ocupando assim o primeiro lugar da América Latina e o segundo em todo o mundo. São os estarrecedores números divulgados pela CPI do Congresso Nacional que apura a prostituição infanto-juvenil, e segundo a própria presidente da comissão "estão nitidamente vinculados à desagregação

da família e são frutos da miséria e da fome".

29/6. terça

■ Iniciado o processo de privatização da YPF - Yacimientos Petrolíferos Federales - estatal do petróleo argentina. O governo de Carlos Menem resolveu vender 45% do capital da empresa através dos Certificados de Depósitos de Ações (CDA), no exterior. O ministro da economia Domingo Cavallo considera a venda da YPF como "o ponto alto do processo de privatização da Argentina". Antes de iniciar a venda da estatal o governo "saneou" a empresa: reduziu o número de funcionários de 51.000 no final de 90 para 10.600 atualmente, além de ter vendido uma série de ativos como frota de petroleiros, oleodutos e equipamento em campos de prospecção. Os monopólios internacionais têm demonstrado grande interesse em se apoderar desse setor estratégico da economia argentina.

Cumprimento

No momento em que muitos pregam o fim da história e a vitória do capitalismo, o programa de televisão do PCdoB foi oportuno, corajoso e nos encheu de ânimo revolucionário. Foram colocados de maneira clara os problemas brasileiros e de seu povo. Foi trazida à tona a política neoliberal e entreguista do governo brasileiro, que, ao contrário do que apregoa, está aliado ao imperialismo. Neste sentido, nos sentimos na obrigação de parabenizá-los e dizer que estaremos sempre ao lado daqueles que lutam pelo povo trabalhador.

Aldo Pazinato
Dirigente Estadual MST-SP

Doação

Por ocasião do 8º Congresso do PCdoB, o dirigente do partido Luciano Siqueira recebeu correspondência do ex-líder estudantil em Recife (abaixo assinado), que estuda em Moscou. Ele doou ao partido em Pernambuco um luxuoso livro com fotos de Lênin, que agora está sendo sorteado entre os apoiadores da Conferência Regional do PCdoB-PE. Seguem trechos de sua carta.

"Vim para a URSS comunista, como membro do PCB, e vou sair da Rússia mais comunista ainda se tal for possível. Escrevi ao Renildo (Calheiros) pedindo materiais e os recebi. Nestes materiais tomei conhecimento da campanha dos Cr\$ 1.000,00 e decidi mandar este livro. Espero que seja vendido ou rifado e com isso eu possa de alguma forma contribuir na realização do Congresso."

Fernando Barbosa
Moscou - Rússia

Socialismo I

O PCdoB se destaca entre outras organizações partidárias como força viva atuante em todas as frentes de massa, movimento sindical, negro, de juventude, mulheres, na defesa intransigente de uma sociedade soberana, culta, progressista e socialmente justa. Uma sociedade onde seja eliminada a ganância, o egoísmo, a psicologia individualista e a concentração injusta de riquezas que causam brutal dano aos trabalhadores e ao povo. Uma sociedade socialista dirigida pelos setores mais avançados, comprometidos com o progresso social e a democracia. É fundamental fortalecer a luta para que o povo, sobretudo a classe operária, possa atingir a verdadeira emancipação social. Só seremos libertados dessa escravidão com a derrubada do capitalismo pela revolução socialista, sob a liderança do PCdoB.

Cícero Romão R. Carvalho
São Paulo - SP

Socialismo II

Gostaria de comentar o caráter estrutural do socialismo bem como sobre a trajetória do PCdoB. 1) O socialismo não é uma inevitabilidade histórica. Se assim o fosse, seria atingido por si mesmo, naturalmente, sem que os trabalhadores precisassem lutar por ele. 2) Apesar de não ser inevitável, o socialismo é uma necessidade histórica. 3) O socialismo, como uma fase de transição, inevitavelmente gerará conflitos, que poderão gerar retrocessos momentâneos, já que durante o socialismo a luta de classes permanece viva e a burguesia acuada tudo fará para restabelecer seus privilégios. 4) Nesta época de refluxo do movimento socialista é estimulante que ainda haja partidos que mantenham firmes os ideais socialistas, caso do PCdoB.

Marcos Hallek Ribeiro
Méier - RJ

Tiradentes. O povo continua sofrendo da desinformação e maus tratos impostos pela elite dirigente e apresenta altos índices de doenças bucais infecto-contagiosas. Tanto é assim que a prática mais utilizada pelos nossos odontólogos é a exérese dentária, que nada mais é que o "tira dentes" de muito tempo atrás. Seríamos então os Tiradentes modernos? A classe odontológica é vítima de um sistema que aposta na doença do povo e joga no sucateamento dos serviços públicos ao estimular a privatização dos serviços odontológicos. Precisamos dignificar o papel que nos foi incumbido livrando nossos pacientes de sua principal doença: a cárie, que é de tão fácil resolução.

Marcelo Eduardo M. Santos
Santa Cruz - RJ

Defesa da selva

Como um amazônide parece que estou fisicamente mais próximo dos facinoras que nos ameaçam e aos brasileiros de outras regiões. Sou um ativista imobilizado pela miséria, incapaz de organizar o povo, mas penso. Acho que se não nos organizarmos para impedir que os facinoras que prostituíram o Panamá e destruíram o Iraque ocupem nossa selva, fatalmente o faremos para expulsá-los.

Ermano Fernandes
Altamira - PA

Contrastes

No norte do globo,
os ursos hibernam no inverno
os rios congelam e os pássaros migram
o branco da neve assume a cena
e encena para o cinema.

Aqui no sul,
aquí no sul do sul do globo
as pessoas se enclausuram
as pneumonias matam,
o povo miserável divide a mesma cama
em cinco, seis, sete, em quantos couber.

Triste cena da realidade deste sistema.

Paulo Tedesco Pinto
Caxias do Sul - RS

1968 (da passeata em Paris)

O céu toldado de máscaras
de bridas o sonho minou
mas o sonho é feito o sândalo
em sangria de novos rumos
outros mundos...
no conquistar!
Pés na terra
os passos gritam pressa
levando um canto febril
semeando o que não se fez
à força da opressão...
"É estritamente proibido proibir"
ficou escrito nos muros
feito ecos de pássaros em revoada!
Da revolução silábica das ruas
geraram-se caminhos
no peito...
dores abortadas
vicejam lágrimas
no itinerário
lutas e rosas
onde pulsa a História que não
se escuda do porvir...
Guerreiros sim
das veredas não estancadas na pedra
na ferrugem do velho que de cansaço quedou...
não servil
rompendo a manhã contida na guarida!
E Caetano cantou:
...dizer não ao não...
é proibido proibir!

Francisca Elizabeth (Betinha)
Sobral - CE

Odontologia

Ao abranger este tema entramos num túnel do tempo, porque a prática odontológica adotada no Brasil não se alterou desde a época de

Cartas para esta seção devem ser enviadas datilografadas ou em letra de forma com no máximo quinze linhas. Fundação Maurício Grabois em parte. Rua Adoniran Barbosa, 53 - CEP 01318-020 - Bela Vista - São Paulo-SP.

Falência e caos na saúde

Jandira Feghali

Deputada Federal pelo PCdoB-RJ

Saúde não é prioridade! Quantas vezes já ouvimos e dissemos essa frase? Não é sem razão. O caos ainda é a palavra que melhor expressa a realidade de saúde no Brasil.

Já considerando os reflexos da concentração de renda e do incremento da miséria na saúde do povo, ainda temos dados indicativos de que 22% da população, ou seja 34 milhões de brasileiros não têm acesso a quaisquer serviços de saúde. As sucessivas políticas no setor saúde adotaram, nas últimas décadas, a atenção hospitalar como marca fundamental do modelo assistencial, que apesar disso manteve-se deficitário. Abandonaram-se as ações promotoras de saúde e de prevenção das doenças, o que, somadas às políticas econômicas em curso, levou a forte aumento da demanda de assistência.

O governo Collor piorou o quadro recessivo, desorganizou a estrutura administrativa, desviou e reduziu drasticamente os recursos para o setor e perseguiu a inviabilização do Sistema Único de Saúde priorizando o setor privado. Os gastos do Ministério da Saúde entraram em declínio a partir de 1989, conforme dados do próprio ministério: em 1990, US\$ 13,7 bilhões; em 1991, US\$ 9,6 bilhões; em 1992, US\$ 7,45 bilhões (54% do que foi alocado em 1990); em 1993 não ultrapassará US\$ 6,0 bilhões. O

MILHÕES DE BRASILEIROS SEM ACESSO À SAÚDE

gasto per capita em 1989 era de US\$ 81,24 e em 1992 caiu para US\$ 49,1.

No curso do governo Itamar Franco, constatamos a vontade política da equipe do Ministério da Saúde em cumprir as resoluções da IX Conferência Nacional de Saúde para avançar no aumento dos recursos, fortalecimento do setor público estatal de assistência e pesquisa, descentralização e democratização do sistema. Mas não tem encontrado respaldo no governo, particularmente quando observamos que apenas 11% do orçamento previsto foram liberados nos primeiros cinco meses de 1993.

O Finsocial (contribuição sobre o faturamento das empresas), representa 41,5% da receita do Ministério (Cr\$ 191,9 trilhões) e vem sendo descaradamente sonogado. A contribuição sobre folha de salários representa 35,7% (Cr\$ 163,2 trilhões) da receita e está, propositadamente, retida no Ministério de Previdência e Assistência Social, apesar da definição legal da obrigatoriedade do repasse. Fica claro, então, o monstruoso déficit que vive hoje o Ministério da Saúde.

Neste contexto vemos "brilhar" o plano FHC, que significará, necessariamente, cortes severos em áreas sociais e que novamente o setor saúde, será engolido pelos altos juros da dívida decorrentes do caráter especulativo e parasitário do grande capital financeiro. Como implementar programas de prevenção, assistência, produção estatal de medicamentos e vacinas, atenção à mulher e à criança, sistema de sangue e derivados, qualificação e remuneração justa dos profissionais de saúde?

FHC mais se aproxima de Falência, Humilhação e Caos. Já vimos este filme. Precisamos mudar o roteiro e o desfecho. Estamos chamados a contracenar. Saúde é ou não prioridade?

Editorial

A batata quente

Talvez embalado nos louros da vitória da votação do IPMF, talvez aquecido pelas fogueiras de São João, o governo não esperava o susto da aprovação por esmagadora maioria na Câmara, do ajuste mensal dos salários. O que num primeiro momento poderia ser uma jogada política, para um acerto mais adiante, transformou-se numa batata quente nas mãos do governo: não pode segurar nem jogar fora, pois se queimará no fogo das pressões dos empresários ou do povo trabalhador.

Na verdade, a aprovação do ajuste mensal jogou água na fogueira de entusiasmos do Plano de FHC, que faz questão de anunciar diariamente na imprensa ser radicalmente contra a reposição a cada mês. Já o presidente Itamar Franco decidiu entrar diretamente nas articulações com os senadores. Os acertos estão difíceis e a reunião do Presidente e seus ministros com os senadores já foi adiada algumas vezes.

Antigas teses voltam à cena e os porta-vozes das elites entram na onda contra os interesses dos trabalhadores. O editorial do *Estadão* do dia 30 de junho dedica-se a contestar a correta afirmação do Ministro do Trabalho, Walter Borelli, na abertura do Fórum Nacional dos Secretários do Trabalho, de que "quem provoca a inflação é o detentor do capital". O objetivo do editorial desse conservador jornal é incensar a tese, agora ressuscitada com força, de que o salário é inflacionário. É a velha tese do arrocho salarial como forma de manter intocáveis os lucros dos patrões. Quem não se lembra dos malabarismos de Delfim Neto de falsear os índices de inflação para arrochar o salário dos trabalhadores?

O fato é que a inflação está pauperizando a maioria da população. Segundo cálculo do

coordenador do Dieese, Clemente Genz Lúcio, com a inflação na faixa de 30%, o trabalhador recebe no final do mês apenas 77% do seu salário. Se no mês seguinte não houver reajustes e a inflação permanecer estável, ele vai contar apenas com 59% do valor real de seu rendimento. No caso do reajuste mensal pela inflação do mês anterior e a alta do custo de vida mantendo-se em 30%, o trabalhador vai continuar perdendo 23% do seu poder aquisitivo. Como pode então o reajuste proposto causar inflação?

Não é à toa que a aprovação na Câmara do ajuste mensal calou fundo entre os trabalhadores. É uma esperança de pelo menos amenizar a perda do seu poder de compra nesses tempos de vacas magras. Por isso mesmo, viu-se ressurgir uma prática saudável, mas que já estava esquecida, da caravana de trabalhadores a Brasília para acompanhar a votação. E não só isso, mantém-se o estado de alerta dos sindicatos no sentido de pressionar pela aprovação definitiva da medida. É por isso que o governo e os conservadores no Senado estão em situação difícil, sobretudo devido aos ventos da campanha eleitoral de 94, quando ninguém quer ficar mal com seu eleitorado. Foi o que expressou o líder do PFL, o senador Elcio Álvares (ES): "Não podemos, aqui no Senado, ser os vilões dos trabalhadores nem os responsáveis pelo fim do plano econômico do ministro Fernando Henrique Cardoso".

É diante desse impasse que as conversações se alongam. Procura-se manter o nome mensal, mas esvaziar o seu conteúdo, alterando o índice de aplicação sobre a inflação, gatilho etc. Ou seja, não podem jogar a batata fora, mas tentam esfriá-la para aplacar a ganância dos poderosos e enganar a fome crônica dos brasileiros.

O PCdoB e o IPMF

Aldo Rebelo

Líder do PCdoB na Câmara Federal

Quando da primeira votação na Câmara dos Deputados, a bancada do PCdoB votou favoravelmente ao IPMF. Até então, o discurso do governo era o de retomada do crescimento, de combate aos juros altos, de negação do caminho da recessão e do desemprego que assolam o país.

Na última votação modificamos o nosso voto. O partido votou "não" porque o próprio governo feriu o acordo anteriormente realizado no sentido de destinar parte dos recursos do IPMF à educação e à habitação popular.

Votamos "não" porque nosso voto não pode auxiliar política de corte em investimento público, enquanto sustenta a sanha de lucros dos banqueiros nacionais e estrangeiros, como é a marca da orientação econômica do ministro Fernando Henrique Cardoso. Votamos "não" porque não podemos ajudar o governo a arrecadar impostos para serem queimados na ciranda financeira e alimentar os juros da dívida pública, verdadeira razão de fundo da inflação e da crise brasileira.

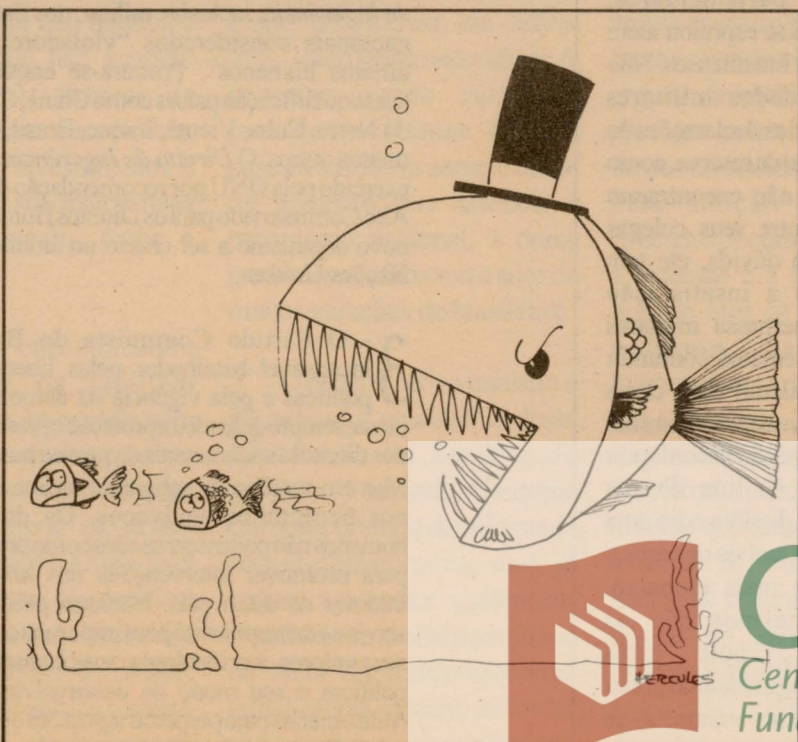
Em nenhum momento, mesmo quando mantivemos a disposição de apoiar o IPMF, deixamos de advertir que a carga tributária no Brasil é deformada; pesada demais sobre os assalariados, pequenos e médios empresários; e muito leve para os tubarões sonegadores.

Achamos que mesmo sendo questionável de vários pontos de vista criar mais um imposto, valia a pena votar o tributo como crédito de confiança num governo que se dispunha a enfrentar os especuladores, a combater o desemprego e a recessão, em confronto com a modernização conservadora do falido governo Collor.

Mas influíram as intenções de resistência manifestadas inicialmente pelo presidente Itamar Franco. Hoje o governo marcha sob compasso do plano neoliberal do ministro Fernando Henrique Cardoso. Permanecem de pé os dois pilares da política econômica de Collor, ou seja, o pagamento a qualquer preço das dívidas externa e interna e a privatização (leia-se doação) do patrimônio público nacional.

Assim, o IPMF, de arma que poderia voltar-se contra os inimigos do povo e do país, mudou de conteúdo nesse percurso para tornar-se instrumento da política recessiva e antipopular adotada sucessivamente pelos últimos titulares das pastas da Economia e Fazenda em nosso país.

O voto do PCdoB foi, portanto, coerente nos dois momentos distintos.



CRÔNICA DE Brasília

Parlamentares à beira de um ataque de nervos

Jefferson Barros

Como personagens de Pedro Almodóvar, os parlamentares brasileiros estiveram nos últimos dias a pique de um ataque de nervos. Com alguma razão, pois ensaiou-se, com todas as suspeitas devidas, uma campanha contra os "políticos", na realidade uma campanha contra o Congresso e as garantias constitucionais e democráticas. Tudo pareceu muito bem ensaiado para ser por acaso. Na segunda-feira, antes de decolar com o avião de estrelas cadentes e sonegadores ativos para apoiar o "plano elipse" (fala muito e não diz nada) do Ministro da Fazenda, o empresário Sérgio Magalhães deblaterou contra os políticos no Rio; na terça-feira foi a vez do cineasta Arnaldo Jabor. E tudo acabou na quarta-feira, 23, com o pronunciamento do capitão da reserva e deputado federal pelo PRN fluminense, Jair Bolsonaro.

Sutilezas ocultas. Como próprio de seu jaez, o capitão, ao contrário do empresário, do cineasta e até do Ministro (doutor em elipses) foi direto ao assunto. Revelou sem querer, talvez, o segredo de tudo ao manifestar-se contra o Congresso, a democracia, eleições, o escambo e pela ditadura explícita. Fujimori? Não. Para o capitão da Câmara, eleito com 67.041 votos fluminenses, nada disto vale nada e a fonte de poder é mesmo a força. Alguma utilidade teve o seu desastrado pronunciamento: revelou as sutilezas ocultas na mal ensaiada campanha e permitiu a reação política em favor da existência do Congresso que se estendeu aos setores mais conservadores chegando, é claro, aos representantes dos partidos populares e de esquerda.

Mais. Na mesma semana, a Câmara, com surpreendente quorum, pois quinta-feira, 24, dia de São João, é dia de os deputados, sobretudo os do Nordeste, se reencontrarem com os seus representados numa das mais populares e tradicionais festa do país, votou o IPMF e, no dia seguinte, a nova lei salarial que indexa os reajustes à inflação mensal. Um voto com o governo, outro voto contra o governo. Não importa aqui a análise dos conteúdos políticos destes votos em si. O que importa mesmo é a manifestação ativa de um dos Poderes democráticos funcionando, como deve funcionar numa democracia e num Parlamento, nos quais a flexibilidade das

decisões é a marca.

Boa resposta. Sem dúvida, os quóruns dos dois dias e as votações por eles permitidas foi uma boa resposta. No entanto, as forças democráticas, mesmo as conservadoras, não aquietaaram-se em silêncio cúmplice diante da ousada enxurrada de apelos golpistas com que se abriu a semana política. O deputado Maurício Calixto (PFL-RO), por exemplo, recomendou a seu colega capitão "deixar o coturno e a farda lá fora" para conviver com o "oxigênio da democracia". Mas a própria Mesa da Câmara tomou medidas contra a insólita ofensiva antidemocrática do deputado-capitão, que poderá ser julgado por "falta de decoro". No entanto, neste caso, é importante lembrar que a imunidade de opinião e atos políticos parlamentares é uma conquista civilizada, que acompanha a ordem democrática. Na realidade, a imunidade parlamentar é anterior até mesmo à democracia e pedra angular do Estado civilizado, ao ser instituída pela Magna Carta inglesa em 1275. O importante não é puni-lo, mas respondê-lo pela reação democrática articulada.

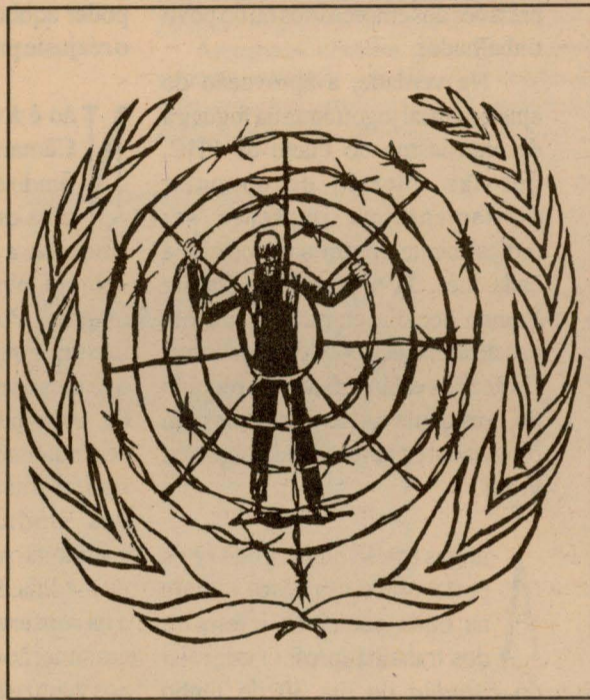
Ação articulada. Uma ação democrática articulada para se opor "à séria ameaça a democracia", na excelente síntese do deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG) que percebeu e denunciou no plenário estes vagidos de uma articulação golpista no país, que se manifestaram desastrosamente no início da semana parlamentar que se encerrou logo depois de São João, com objetivo de intimidar as forças democráticas na luta contra a revisão constitucional, como alertou o deputado.

O ataque de nervos, que ameaçou os parlamentares, felizmente não se espalhou além dos corredores brasilienses. Não só as autoridades militares desautorizaram as declarações do deputado oficial da reserva, como suas palavras não encontraram ressonância entre seus colegas fardados. Sem dúvida, ele tem representado a insatisfação salarial que perpassa militares como civil. No entanto, confundir insatisfação salarial com clima de golpe para um capitão é similar a um dirigente sindical confundir a disposição de luta de sua categoria num dissídio com uma revolução. Em ambos os casos o furo é muito mais embaixo. Perigosos mesmos são os "decolantes", pois estes representam segmentos do poder econômico que visam a se eternizar no poder. De preferência, sem democracia.

Direito de ingerência

Ataque à soberania dos povos e nações

▼ Reunida em São Paulo no dia 21 de junho, a Comissão Política do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil analisou a conjuntura internacional e adotou resolução sobre a ameaça à soberania dos povos



1 - A Conferência Mundial da ONU sobre Direitos Humanos, em curso durante estes dias em Viena, constitui um dos mais eloquentes indicadores, nos últimos tempos, dos graves perigos e ameaças aos povos e países oprimidos e dependentes do Terceiro Mundo, bem como às nações socialistas. No quadro da chamada Nova Ordem, onde pontifica o domínio das grandes potências, nomeadamente os EUA, a Conferência da ONU foi organizada para debater o estabelecimento de normas de direito internacional a pretexto de defender universalmente os direitos humanos.

2 - À base de insidiosa e demagógica propaganda sobre a "universalidade dos direitos humanos" e valendo-se da nefasta atividade de certas Organizações não-Governamentais instrumentalizadas por governos imperialistas e pelo capital financeiro, as grandes potências pretendem oficializar em fórum internacional o *Direito de Ingerência*, inclusive militar, nos Estados nacionais considerados "violadores dos direitos humanos". Procura-se enquadrar nessa qualificação países como China, Coreia do Norte, Cuba, Vietnã, Iraque, Brasil, entre muitos outros. O *Direito de Ingerência* seria exercido pela ONU por recomendação de um Alto Comissariado para os Direitos Humanos, novo organismo a ser criado no âmbito das Nações Unidas.

3 - O Partido Comunista do Brasil, incansável batalhador pelas liberdades políticas e pela vigência da democracia plena, sempre defendeu a proteção e promoção dos direitos fundamentais da pessoa humana. Mas em matéria da soberania nacional não nos permitimos equivocados. Os direitos humanos não podem ser usados como pretexto para promover intervenções nos assuntos internos de outro país. Nenhum país pode servir-se desse pretexto para impor aos demais seus valores, sua ideologia, suas concepções políticas e seu modo de desenvolvimento. Muito menos para perpetrar agressões e enviar tropas de ocupação. Não cabe a nenhum país, grupo de países ou organismo internacional

tutelar, monitorar ou punir qualquer outro com base no falso e arbitrário conceito de "universalidade dos direitos humanos".

4 - A oficialização do *Direito de Ingerência* e a pretendida criação do Alto Comissariado para os Direitos Humanos são meios pelos quais o imperialismo tenta legalizar sua ilegítima ação intervencionista sobre regiões do seu interesse estratégico e/ou países que contestem seu ditame. A atual presença de tropas estrangeiras na Somália, o criminoso morticínio de manifestantes levado a efeito há poucos dias na capital somali, Mogadíscio, sob a égide da ONU, são os primeiros sinais do que poderá vir a ser esse *Direito de Ingerência*. Tudo isso fere frontalmente normas do direito internacional consagradas na própria Carta das Nações Unidas, que no parágrafo 7 do artigo 2º. determina: "Nenhuma disposição da presente Carta autoriza as Nações Unidas a intervir nos assuntos que dependem essencialmente da competência nacional de um Estado".

5 - É necessário denunciar veementemente que o estardalhaço sobre direitos humanos promovido pelas grandes potências, em especial pelos EUA, se encobre sob o manto da hipocrisia. Os imperialistas são os maiores violadores dos direitos humanos. São conhecidos os atentados por eles praticados contra a democracia e a independência dos povos e nações, como a invasão de Granada e o assassinio de seu presidente; a ocupação militar do Panamá; a deposição de governos legitimamente eleitos na América Latina; o criminoso bloqueio a Cuba; o genocídio praticado pelas forças armadas estadunidenses no Vietnã; a razia sobre o território do Iraque e o bloqueio a esse país. Também constituem violações dos direitos humanos o racismo, a discriminação e as violências contra imigrantes, o *apartheid*, o colonialismo. As grandes potências são as verdadeiras responsáveis pelas violações dos direitos humanos nos países atrasados, pois fecham a esses países os caminhos ao desenvolvimento econômico, social e cultural, causa fundamental do cortejo de misérias e injustiças sociais nesses mesmos países.

É preciso denunciar ainda que os governos dos países ricos, ao mesmo tempo que demagogicamente declaram-se preocupados com a problemática de direitos humanos dos demais, nada dizem sobre o que ocorre em suas próprias sociedades, tidas como prósperas e modernas, mas onde se acumulam fatores de injustiça social como a multiplicação do número de desempregados, dos sem-teto e de famílias vivendo abaixo do limite de pobreza, o que, evidentemente, constitui flagrante violação ao mais fundamental direito do homem que é o direito à existência.

6 - O Brasil é um dos países potencialmente ameaçados pelo *Direito de Ingerência*. A pretexto de defender causas humanitárias, os inimigos de nossa nação podem a qualquer momento tentar criar artificialmente motivos para intervir no país. Por isso condenamos as posições do governo brasileiro na Conferência Mundial da ONU. Em vez de alinhar-se com o conjunto de países ameaçados, o Itamaraty adotou a posição de mediador, fazendo, ao cumprir esse papel, inadmissíveis concessões que podem comprometer a médio prazo a soberania nacional. A posição do Brasil não podia ser outra, senão a de somar forças com as nações ameaçadas pelo intervencionismo e hegemonismo das grandes potências.

7 - O Partido Comunista do Brasil, firme defensor da independência e da soberania nacionais e da autodeterminação dos povos, repudia as tentativas de legalizar o *Direito de Ingerência* e faz um alerta à consciência dos povos e nações do Terceiro Mundo quanto à gravidade e à premência das ameaças que os afetam.

Plano FHC

Rumo contrário aos interesses nacionais e populares

▼ **A Comissão Política do Comitê Central do PCdoB também avaliou em sua reunião a situação política nacional, e aprovou resolução sobre o Plano FHC e o governo Itamar**

1 - Sob pressão internacional e das elites decadentes e entreguistas, o presidente Itamar Franco nomeou Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda, que recebeu entusiástico apoio de representantes do capital estrangeiro, da FIESP, da Força Sindical e de outros setores antinacionais e antipopulares. A mobilização geral que se procura fazer em torno do novo ministro e a promoção do seu nome na imprensa e na mídia eletrônica revelam a tentativa de apresentá-lo como o homem que vai solucionar os graves problemas do país.

Nesse clima de badalação e pompa, Fernando Henrique Cardoso anunciou, dia 14 último, o programa de Ação Imediata do Governo. O objetivo seria estabilizar a economia, combater a inflação e restabelecer o equilíbrio das finanças públicas. As medidas são apresentadas como passos iniciais para retomar o crescimento econômico.

2 - O caráter antinacional e antipopular do chamado, "Plano FHC" fica evidente quando se observam seus eixos básicos: cortes drásticos, da ordem de bilhões de dólares, nos investimentos e gastos públicos, aceleração e ampliação das privatizações. Como complemento, o Plano acena com um aumento da receita pública, a ser obtido pela instituição de novo imposto, o IPMF, e através de um fictício e demagógico combate à sonegação. A concepção que preside o "Plano FHC" é a mesma do Fundo Monetário Internacional e dos arautos da política neoliberal, qual seja, a de que a fonte principal dos problemas econômicos brasileiros é a desordem financeira e administrativa do setor público. Chama a atenção,

como elemento simbólico da orientação do ministro, o fato de em sua alocução em cadeia nacional de rádio e TV, ter sacado como exemplo a ser seguido no Brasil as políticas de ajuste adotadas, com a monitoria do FMI e o beneplácito dos banqueiros internacionais, no México e na Argentina, de danos efeitos sobre o nível de vida da população e para a integridade das economias nacionais desses países.

3 - Intencionalmente o ministro da Fazenda escamoteia as reais causas da crise financeira do Estado e da inflação. Omite o dado fundamental de que 62,2% do Orçamento Geral da União são consumidos no pagamento de amortizações, juros e encargos das dívidas interna e externa. Nem um centavo sequer desse montante, que corresponde à fabulosa quantia de 145,7 bilhões de dólares (o total do Orçamento é de 234 bilhões de dólares) será cortado pelo Plano de Ação do Governo. Os cortes programados incidirão sobre a já escassa parcela de 16 bilhões de dólares destinados aos investimentos e gastos públicos em saúde, educação, habitação, transportes etc. O Plano redundará também em estrangulamento financeiro de Estados e Municípios, uma vez que prevê medidas draconianas para cobrar dívidas contraídas com a União e a transferência, para aqueles, de encargos hoje alocados na esfera federal.

Serão ruinosos para os trabalhadores e todo o povo brasileiro os efeitos do "Plano FHC". Além de não debelar a inflação, porque não incidem sobre os reais fatores de drenagem das finanças públicas, os cortes nos investimentos e gastos públicos acarretarão mais recessão, miséria, fome e desemprego.

4 - Outra característica essencial da política econômica anunciada pelo governo é o deslavado entreguismo. Anunciam-se medidas para ampliar e acelerar as privatizações e elevar a 100% o nível de participação do capital estrangeiro na aquisição de estatais. Programa-se a inclusão, no rol das companhias a serem desestatizadas, de empresas-

chave de setores estratégicos para o desenvolvimento nacional, como a Cia. Vale do Rio Doce, a Petroquímica, as hidrelétricas e, a médio prazo, a própria Petrobrás.

O fulcro de tal política é, destarte, a aplicação do velho receituário do capital financeiro internacional: vender o que tem e cortar na carne do povo para pagar dívidas. Por trás da austeridade financeira e administrativa propalada pelo governo está a adoção de uma política ainda mais recessiva e a liquidação do patrimônio nacional.

5 - A nomeação de Fernando Henrique Cardoso para a pasta da Fazenda e o Plano de Ação anunciado constituem a opção, pelo governo do presidente Itamar Franco, por uma política de cunho neoliberal, que em boa medida começou a ser adotada pelo anterior ministro, Eliseu Resende. Logo após sua posse, o novo presidente revelara a intenção de trilhar o caminho do crescimento econômico e da resitência à desnacionalização. Rapidamente, porém, tais veleidades foram caindo por terra, como ficou evidenciado com a privatização da CSN e a Lei de Patentes. Com o "Plano FHC", desvanecem-se por completo. As medidas propostas assinalam uma inflexão na conduta do governo no sentido de ceder e capitular diante da pressão das elites retrógradas e do capital financeiro internacional. Intensifica-se a ofensiva para promover a completa desnacionalização da economia brasileira e para transformar, em definitivo, o país numa neocolônia. A persistir nesse rumo, o presidente Itamar Franco passará à história como o chefe de governo que alienou o patrimônio nacional, a duras penas construído com o suor de muitas gerações de brasileiros.

6 - O perfil do novo ministro é indicador elucidativo dessa inflexão na conduta do governo. Fernando Henrique Cardoso, oriundo das fileiras da social-democracia, que já militou nas hostes acadêmicas cepalinas e em política partidária na faixa da centro-esquerda, transformou-se num dos mais entusiásticos pregoeiros do

neoliberalismo. É homem de confiança dos banqueiros internacionais e dos governos imperialistas. A grande publicidade em torno do seu nome e os estridentes aplausos à sua política significam a busca, pelas elites e pelo capital financeiro internacional, de um novo Collor para o Brasil, sem os estigmas e vícios do ex-presidente deposto.

7 - A indicação de um ministro com essas características para o comando da economia não é, portanto, fortuita. Obedece à determinação das classes dirigentes e do capital estrangeiro de desobstruir os caminhos para pôr em prática o nefasto plano de liquidação da soberania nacional, ao qual se soma o presidente Itamar Franco. Já na nomeação do anterior ministro da Fazenda, Eliseu Resende, o presidente dava mostras de cedência às pressões e de disposição para enveredar por um rumo antinacional, abandonando as intenções declaradas quando tomou posse. A entronização de Fernando Henrique Cardoso e a orientação anunciada dão forma mais precisa à inclinação do governo para seguir, sem limites de qualquer natureza, a política neoliberal.

8 - Tal política entra em franca contradição com os interesses nacionais e populares. Merecerá a condenação do povo brasileiro e das forças políticas nacionais e democráticas. O Partido Comunista do Brasil, que sempre defendeu prioritariamente os interesses nacionais e populares, discorda frontalmente da política recessiva e antinacional do governo Itamar Franco. Insistimos na defesa do regime democrático e na luta por um caminho próprio de desenvolvimento para o Brasil, pela adoção de medidas concretas de combate à inflação, à recessão e à miséria, o que implica ferir os interesses dos poderosos e salvaguardar os interesses do povo e da nação e não o contrário.

Diante da gravidade dos problemas nacionais e sociais, mais do que nunca é necessária a união de todas as forças nacionais e democráticas para formar um amplo movimento em defesa da soberania nacional ameaçada e pelo resgate da dignidade do povo brasileiro.

Terrorismo norte-americano contra o Iraque

O governo imperialista dos EUA acaba de cometer mais um crime contra um país e um povo do Terceiro Mundo. Na madrugada de 27 de junho, belonaves norte-americanas estacionadas no Mar Vermelho e no Golfo Pérsico bombardearam com misseis o coração do capital iraquiana, Bagdá, causando a morte de oito civis, o ferimento de centenas de outras pessoas e graves danos materiais.

O ato terrorista perpetrado pelas forças militares estadunidenses, sob o comando do presidente Clinton, foi apresentado à opinião pública mundial como reação punitiva a um fantasioso atentado frustrado ao ex-presidente dos EUA, George Bush, em território kuwaitiano em abril último.

Na verdade, este novo ato de agressão dos EUA contra o Iraque constitui a confirmação da política intervencionista e belicista levada a efeito pelo imperialismo norte-americano contra aquele país, que teve seu auge na guerra do Golfo em janeiro de 1991 e prossegue com o criminoso bloqueio político, diplomático, econômico e militar. Tal política nega ao povo do Iraque o acesso aos mais elementares meios de subsistência e procura privá-lo do inalienável direito à soberania.

A aventura bélica norte-americana sobre o Iraque é igualmente uma ameaça aos povos e governos dos países do Terceiro Mundo, uma advertência de que os EUA não toleram nenhuma atitude de resistência e reação aos seus planos de domínio absoluto sobre os países e regiões possuidores de abundantes recursos naturais ou localizados em regiões do seu interesse estratégico.

O atentado terrorista das forças militares norte-americanas contra o Iraque merece a mais veemente condenação dos povos amantes da paz, da liberdade, da independência nacional e do progresso social. Nenhum cidadão ou governo honrado pode, de sua consciência, deixar de manifestar seu repúdio a esse crime de uma superpotência que se julga dona do planeta.

O Partido Comunista do Brasil, que luta pela democracia e a independência de nosso país, cômico de que na presente quadra histórica pesam graves ameaças à soberania nacional, opõe-se decididamente aos intentos do governo dos EUA de impor pela força das armas a hegemonia sobre os povos e nações. Solidarizamo-nos com o sofrido povo do Iraque e conclamamos o povo brasileiro a unir-se aos demais povos e países na luta por uma ordem mundial onde imperem a justiça, a paz e a soberania das nações.

São Paulo, 28 de junho de 1993.

A Direção Nacional do Partido Comunista do Brasil

BANCADA Comunista

Violência agrária

A deputada federal pelo PCdoB do Pará, Socorro Gomes, fez pronunciamento na Câmara dos Deputados a respeito da difícil situação vivida por trabalhadores rurais do município de Santana do Araguaia, no Pará, que ocupam várias áreas de terra. Na Colônia Divino Pai Eterno, os lavradores plantam suas roças desde 1962 e vêm sofrendo perseguições de pistoleiros de aluguel e da própria polícia. 500 lavradores acamparam em frente à prefeitura para protestar contra a gravidade dos conflitos rurais. Socorro oficiou ao ministro da Agricultura e aos presidentes nacional e estadual do Inca pedindo providências.

Renais crônicos

Os deputados estaduais paulistas Dênis Carvalho e Jamil Murad solicitaram ao Ministério Público Estadual a responsabilização criminal do Governo do Estado de São Paulo e da Secretaria de Saúde pela falta dos remédios Eprex, Ciclosporina e Rocaltrol para os pacientes renais crônicos ou que já fizeram transplantes de rim. Conforme os deputados, "a omissão do Estado na entrega dos remédios é um crime contra a vida dos pacientes e uma prática lesiva aos cofres públicos", já que o Estado gasta em média Cr\$ 1.207.047.900,00 com hemodiálise (filtragem do sangue) e despesas de transplante de cada um dos transplantados. Após todo esse gasto e sofrimento do paciente, o governo se omite do fornecimento dos remédios.

Exame de DNA

A Câmara do Distrito Federal aprovou projeto dos deputados Agnelo Queiroz (PCdoB) e Lúcia Carvalho (PT) instituindo o exame do código genético nos hospitais da rede pública. Esse exame confirma com exatidão a paternidade, ao contrário do teste de sangue feito atualmente, que somente exclui os suspeitos.

Plebiscito

A Câmara Municipal de Marília (SP) aprovou requerimento do vereador Sidney Gobetti (PCdoB) apoiando o projeto de

Lei dos partidos

A Câmara Municipal de Vitória (ES) aprovou moção do vereador Namy Chequer (PCdoB) repudiando o substitutivo do senador José Fogaça, em tramitação no Senado Federal, que restringe o funcionamento dos partidos políticos. Um trecho da moção diz: "A elite brasileira tenta atribuir a crise e a ingovernabilidade do país aos pequenos partidos que nunca governaram. Dizem que o Brasil é ingovernável com 17 partidos (...) Pretendem trazer de volta cláusulas da ditadura militar (...) A elite procura sempre um bode expiatório para justificar seu fracasso." Cópia do do-

lei nº 3.740/93 de iniciativa da bancada do PCdoB na Câmara dos Deputados, que institui consulta popular sobre as privatizações. Todos os líderes partidários no Congresso Nacional receberam cópias do ofício.

Congratulações

A Câmara Municipal de Manaus (AM) aprovou moção da vereadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) cumprimentando A Classe Operária por seus 68 anos. O vereador Omar José Abdel Aziz, presidente da Câmara, enviou cópia da moção à redação do jornal.

Cumprimento

O vereador João Bosco (PCdoB), de São José dos Campos (SP), apresentou cumprimentos aos metalúrgicos de Pindamonhangaba (SP) pela eleição da nova diretoria de seu sindicato, presidida novamente por Enéas Silva dos Santos, da Corrente Sindical Classista, que obteve quase 90% dos votos.

Fórum popular

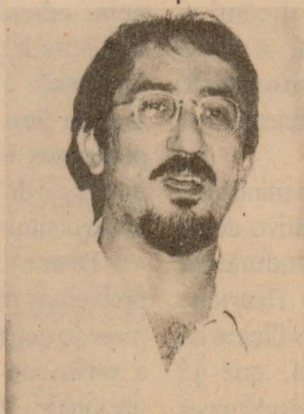
Uma proposta diferente começa a ser efetivada na Câmara Municipal de Aracaju (SE). É o Fórum Popular do gabinete do vereador Edvaldo Nogueira (PCdoB), um espaço aberto a sindicatos, OAB, associações comunitárias, movimentos sociais para discussão de assuntos polêmicos. A primeira atividade será uma mesa-redonda sobre a introdução da história do negro no currículo das escolas da rede municipal de ensino. Edvaldo explica que "o espaço contribuirá para cobrança da aplicação de leis já aprovadas pela Câmara mas que continuam engavetadas."

Julgamento

Foi aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal de Anápolis (GO) o requerimento do vereador Egmar José de Oliveira (PCdoB), endereçado ao Promotor de Justiça de Rio Maria (PA) em que pede a condenação dos acusados pelo assassinato de Expedito Ribeiro de Souza, em julgamento inicialmente marcado para dia 30 de junho (adiado e sem previsão de nova data).

cumento foi enviada a todos os líderes partidários no Senado e aos senadores do Espírito Santo.

Em Porto Alegre, os chamados pequenos partidos, integrantes do Movimento SOS Democracia, fizeram reunião dia 16 de junho, no gabinete da deputada Jussara Cony (PCdoB), em que discutiram pauta de mobilização contra o projeto de Fogaça.



Substitutivo é antidemocrático

▼ Substitutivo do senador Fogaça sobre a Lei Orgânica dos Partidos restringe a representação das pequenas legendas e é contestado pelo Movimento em Defesa da Liberdade Partidária

Dilermando Toni

Exatamente à hora marcada, 18:30 da última terça-feira, 29, os deputados federais Haroldo Lima, do PCdoB, Vivaldo Barbosa, do PDT e João Almeida, do PMDB chegaram à sala do Senado Federal onde estava marcada uma reunião de líderes partidários a fim de tratar do encaminhamento do substitutivo do senador José Fogaça sobre a nova lei dos partidos políticos brasileiros.

Foram surpreendidos com a notícia de que a reunião já havia se encerrado pois começara às 17 horas. A estranheza dos deputados advinha do fato de eles não terem sido comunicados da antecipação da reunião.

Esse "pequeno desencontro" é ilustrativo de como vai sendo encarado o problema relativo à nova lei dos partidos. Trata-se de isolar os setores que se opõem à cláusula de barreira dos 5% conforme prevê o substitutivo Fogaça, que eliminaria da cena política partidos como o PCdoB, PV, PSTU, PPS, PSB, entre outros. Fogaça vem de recuo em recuo diante das pressões sempre crescentes da direita que visam antes de mais nada alijar os partidos de oposição que ainda têm pequena representação parlamentar, em especial o PCdoB, que é reconhecidamente um grande obstáculo na aplicação do projeto neoliberal.

Retaliação. O argumento principal dos conservadores para propor a restrição partidária é o de que os atuais 19 partidos com assento no Congresso e registro definitivo junto à Justiça Eleitoral, significariam um número exagerado e estariam a prejudicar a governabilidade do país. Daí a absurda exigência de que seriam necessários 5% dos votos em pelo menos um terço dos estados do país, para que o partido pudesse ter representação parlamentar; algo como ter 35 deputados atualmente.

Dois exemplos simbólicos podem ser dados a fim de mostrar essa verdadeira torrente da direita visando eliminar os pequenos partidos. No dia 27 de junho, Paulo Maluf, dono do PPR (fusão do PDS com o

PDC), afirmou no jornal *Folha de S. Paulo* que "a revisão da Constituição de 1988 deve priorizar a reforma partidária porque não haverá democracia (sic) se, toda vez que quiser aprovar um projeto, o presidente da República tiver que negociar com 19 partidos". Por sua vez, outro famoso expoente da direita, Delfim Neto, disse que "a política não tem funcionalidade e que isso só será resolvido com a fidelidade partidária, com o voto distrital misto e com o controle dos partidos nanicos, quatro ou cinco partidos seriam suficientes".

É muito estranho que gente que serviu fielmente à ditadura militar fale agora dessembaradamente em aperfeiçoar a democracia, evitando a negociação com os partidos pequenos e "controlando-os". Isso quando em vários países a crise política se aguçava porque a restrição partidária deixava de fora da representação parlamentar setores importantes da sociedade. Em termos mundiais há, na verdade, uma tendência para o aumento do número de partidos a fim de que a representação seja mais fiel ao que pensam os diversos segmentos da sociedade.

Mas o senador Fogaça, apesar de insistentemente advertido, continua a fazer o jogo dos conservadores. A "nova lei dos partidos" tem sido tratada açodadamente e a previsão é que no começo de julho o plenário do Senado aprecie o substitutivo Fogaça, aprovado pela Comissão de Constituição de Justiça daquela casa há coisa de 15 dias. A pressão é enorme para que as novas regras restritivas passem a vigorar já para as eleições de 94.

Em causa própria. Chama muito a atenção o fato do substitutivo Fogaça prever que 99% das verbas do Fundo Partidário seriam destinados aos grandes partidos. O restante 1% seria dividido entre os grandes - novamente - os médios e os pequenos partidos. Esse dispositivo, conforme afirmou à *Classe Operária* o deputado Haroldo Lima, configura claramente que Fogaça está legislando em causa própria, já que ele é o atual presidente do maior partido do Congresso, o PMDB.

Segundo o deputado comunista, Fogaça deveria ser afastado do cargo de relator do projeto para que ficasse assegurado um mínimo de imparcialidade na condução do processo. A destinação de quase toda a verba do novo e muito maior Fundo Partidário aos grandes partidos é uma manobra que visa evitar, pelo menos em parte, a repetição dos "problemas" que vários parlamentares e governadores conservadores tiveram ao fazer o caixa de suas campanhas com doações ilegais das grandes empresas, como PC Farias revelou de forma tão descarada em seus últimos depoimentos. Seria instituído o sistema de compra de votos assegurado pela lei.

Resistência cresce nos estados

Um atentado à democracia representativa de tal magnitude como o substitutivo do senador Fogaça tem sido condenado de maneira crescente, pelas forças democráticas e progressistas. Mais que isso, em várias partes do país começa a tomar corpo um *Movimento em Defesa da Liberdade Partidária*.

Na Câmara Federal, ainda no início de junho, foi formada uma Comissão de deputados para tal finalidade. De início composta por representantes do PSB, PCdoB, PL, PPS, PSTU, e PV, divulgou importante manifesto e recebeu adesão formal do PDT e do PMN, este último sem representação no Congresso mas com vários deputados estaduais e vereadores pelo país. A Comissão conta ainda com a simpatia de vários parlamentares cujos partidos oficialmente não condenam o substitutivo Fogaça.

Cearenses se mobilizam. Com a presença de quase 500 pessoas, foi realizado em Fortaleza na segunda-feira, 28, um ato em Defesa da Liberdade de Organização Partidária. Participaram o senador Cid Sabóia do PMDB do Ceará, o deputado Haroldo Lima que é o coordenador da Comissão em Defesa da Liberdade Partidária da Câmara dos Deputados, representantes de uma dezena de partidos e de muitas entidades populares e

democráticas. Na ocasião foi aprovado um manifesto com mais de 70 assinaturas que denuncia a "tentativa das forças conservadoras de atingir a democracia brasileira, através de restrições à liberdade de organização partidária" e conclama "todos os democratas a mobilizarem-se contra este atentado à democracia...". O senador Sabóia disse na ocasião que "não se pode impedir a livre organização das correntes de pensamento existentes no Brasil, o que precisamos impedir é que os grandes partidos vendam suas vagas para candidatos sem compromisso partidário".

Minas resiste. Em Belo Horizonte, capital mineira, também na segunda-feira, 28, foi lançado o Comitê em Defesa da Liberdade Partidária, num ato bastante representativo. O manifesto divulgado pelo Comitê destaca entre outras coisas: "Temos consciência da urgente necessidade do aperfeiçoamento de nossa estrutura partidária, em especial no que se refere às chamadas 'legendas de aluguel', que significam verdadeira deformação da legítima representação política". Refutando o substitutivo do senador Fogaça, o Comitê afirma que "as chamadas 'legendas de aluguel' não é preciso "restaurar práticas que supunhamos enterradas no passado da ditadura".

Operários da Ultrafertil resistem

Luiz Manfredini
de Curitiba

Os operários da Ultrafertil em Araucária (PR), região metropolitana de Curitiba, ergueram uma verdadeira barricada contra a privatização da empresa remanescente do grupo Petrofertil, da Petrobrás. Apesar dos protestos de vários governadores, de políticos de diversos partidos, de sindicalistas e de numerosas representações sociais, a empresa foi leiloada no Rio de Janeiro, no último dia 24 de junho, debaixo de um torrente de denúncias quanto à irregularidade na operação. Segundo o deputado Haroldo Lima "é revoltante o fato da Trevisan avaliar uma estatal para que seus próprios clientes a comprem. O governo cedeu as pressões das elites e permitiu que o mesmo grupo que adquiriu fraudulentamente a Fosfertil, a Goiásfertil e a Indag, viesse a "comprar a Ultrafertil constituindo um verdadeiro monopólio no setor de fertilizantes".

A fábrica foi tomada na quarta-feira, 24, dia do leilão, numa iniciativa que inclui o Sindiquímica do Paraná, representantes da sociedade civil do estado, não faltando a solidariedade de delegações sindicais de Sergipe, Bahia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. "Dos 630 trabalhadores da Ultrafertil, 300, são os que, efetivamente operam a fábrica; destes, 200 estão aqui", informou Cezar Alves diretor do Sindiquímica. Eles permaneceram ocupando a fábrica até a manhã do dia 1. de junho.

Embora reconhecendo os limites de sua luta a partir da realização do leilão, sindicalistas valorizam a tomada da fábrica. "Esta, efetivamente, é a única resistência de fato ao programa de privatizações", dispara o presidente do Sindiquímica de Sergipe, Francisco Gualberto. "Em nenhuma empresa já privatizada houve uma luta assim", acrescenta, destacando o fato de que ao contrário do que ocorreu nos casos anteriores, na Ultrafertil "o governo não conseguiu ganhar os operários com seu blá-blá-blá neoliberal".

Os trabalhadores julgam que um primeiro efeito positivo da ocupação foi o fato do presidente Itamar Franco facultar ao Senado, em caso de dúvida, o poder de examinar as avaliações de estatais privatizáveis. Mas as consequências da venda da empresa de fertilizantes invade de sombras o futuro dos operários. "Virão demissões, redução de salários, repressão e humilhações", prevê o sindicalista Gualberto. Estima-se a demissão de pelo menos 35% dos atuais empregados. O sindicalista adverte ainda para a formação de cartel dos fertilizantes e até mesmo o fechamento da empresa, caso aos novos proprietários seja mais vantajoso importar o produto, valendo-se das isenções e da redução de alíquotas de importação.

CPI apura maracutaia

▼A Comissão Parlamentar de Inquérito instalada pelo Congresso Nacional com a finalidade de averiguar as suspeitas de irregularidades na privatização de empresas estatais promete um trabalho árduo para provar as maracutaias.

Guiomar Prates

Na quarta-feira, dia 30 de junho, a Comissão ouviu o depoimento do presidente da Central Única dos Trabalhadores, Jair Meneguelli. Entre outras coisas Meneguelli afirmou que há suspeitas, sendo investigadas pela CUT, de que Luis Antonio de Medeiros, presidente da Força Sindical, tenha recebido dinheiro para colaborar na privatização da Companhia Siderúrgica Nacional. Também lembrou que muitos dos que hoje tocam o programa, já duvidaram da sua lisura.

Mas isso é café pequeno perto das negociações que envolvem os grupos privados que estão monopolizando as empresas privatizadas. O deputado Edson Silva (PCdoB-RS), integrante da CPI, diz que é necessário ir até às últimas consequências na apuração das irregularidades. Nem mesmo os defensores acreditam na lisura do processo.

Monopólio privado. Para o deputado comunista, o processo já é irregular só pelo fato de não estar cumprindo com os objetivos que foram traçados pelo governo, como diminuir o déficit público, pulverizar o controle das empresas estatais e arrecadar dinheiro vivo para investimentos na área social, como educação e saúde. "Depois de mais de 20 empresas privatizadas nenhum desses objetivos foi alcançado", afirma. Nas áreas em que o Estado detinha o monopólio, como a de siderurgia, fertilizantes, química e petroquímica, o monopólio está passando para o controle de empresas privadas. Na área de aços não planos o controle passou a ser exercido pela Gerdau. Na área de fertilizantes, o grupo Manah está comprando todas as empresas. Já na petroquímica, a Norberto Odebrecht, conhecida pela ligação com os escândalos da PC Farias, pretende o controle absoluto do mercado.

O não cumprimento dos objetivos inicialmente propostos desmascara os argumentos dos que viam nas privatizações a solução para os problemas do Estado. Apesar da privatização do filé mignon das estatais brasileiras como a CSN e a Usiminas, também o déficit público não diminuiu, porque o governo está vendendo tudo por moeda podre e títulos que vencem depois do ano 2000.

Segundo o relatório do próprio Programa Nacional de Desestatização (PND), que tem o BNDES como órgão gestor do Fundo Nacional de Desestatização (FND), do valor total arrecadado com a privatização de 22 empresas, apenas 1% foi em cruzeiros e 0,3% em cruzados novos. O restante foi pago com Certificados de Privatização (27,3%), Divisas Securárias



Operários ocupam a Ultrafertil contra a privatização

da União (25,5%), debêntures da Siderbrás (19,2%), obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (14%), Títulos da Dívida Agrária (8,4%), Letras Hipotecárias da CEF (2,6%) e Títulos da Dívida Externa (1,7%).

Leilão é farsa. E conseguir dinheiro para investir na área social é uma ilusão ainda maior. Segundo a Procuradoria Geral da República, o governo arrecadou 40 milhões de dólares até agosto de 92, e gastou com propaganda contratação de empresas que fazem auditoria uma quantia que ultrapassa esse valor. "É evidente que este programa está comprometido e se constitui num grave dano ao patrimônio público", acusa Edson.

Outro ângulo sob o qual se pode analisar o programa: os leilões, na realidade, têm se constituído numa farsa. O governo fixa um preço mínimo, subavaliado e as empresas estão vendidas pelo mínimo, exatamente porque quando acontece o leilão, um grupo de investidores já está articulado para arrematar. "Isso é uma farsa. Era melhor que o governo chamasse logo o grupo interessado e dissesse: me dá as moedas podres, toma aqui a fábrica", ironiza Edson.

Tudo isso evidencia as irregularidades, demonstra que o patrimônio público está sendo lesado; "também não há nenhuma discussão da parte do governo sobre o papel que as empresas possam cumprir no desenvolvimento do país. O que há são alegações de que são empresas deficitárias, o que não é verdade porque existem empresas lucrativas sendo vendidas. O governo só se fixa em critérios que favorecem a venda porque essa é uma imposição dos grandes banqueiros internacionais, da chamada política neoliberal", acrescenta o deputado.

Compromisso com lucro. O Brasil sai perdendo, e muito, com a continuidade das privatizações, não só porque perde patrimônio, mas também porque tem o futuro de seu parque industrial comprometido. Nenhum desses grupos que está comprando as estatais tem o compromisso com o desenvolvimento econômico ou com a realização de projetos sociais. O único compromisso que têm é com a maximização de seus lucros. Há ainda, a orientação premeditada de determinados grupos econômicos de liquidar as empresas. "É bom lembrar que a Gerdau comprou a Cosimar e logo depois fechou-a. Estamos diante de uma grave ameaça, porque o programa de privatização obedece a lógica de desmonte do Estado", denuncia Edson.

Tanto isso é verdade que o PND não obriga as empresas a realizarem investimentos depois de privatizadas. "Se o governo tivesse interesse em preservar o patamar industrial que alcançamos, ou desenvolvê-lo, colocaria no edital que a empresa que comprasse, além de pagar tal preço, deveria, em determinado período, realizar investimentos para que a empresa ganhasse eficiência, competitividade. No entanto, os grupos compram e alcançam lucros com os investimentos que o Estado já fez", protesta o parlamentar Gaúcho. Além disso, o governo faz vultosos investimentos para sanear a empresa antes de ser vendida e, aí, oferece de bandeja.

Essas evidências, segundo Edson, têm feito com que, na CPI, muitas pessoas que são favoráveis à privatização comecem a discordar da forma como ela tem sido feita. Avalia que o trabalho da CPI contribui para que as pessoas se deem conta de que está acontecendo. "Acho que hoje o governo já não

tem as mãos livres para continuar cometendo, sem contestação, esse crime contra o patrimônio público".

O debate já é maior e a resistência pode ser observada, como a que ocorreu na Ultrafertil, que é a primeira empresa em que os trabalhadores se posicionam frontalmente contrários, não são envolvidos como nas anteriores. Como não poderia deixar de ser, os argumentos que envolveram os trabalhadores das demais empresas privatizadas foram por água abaixo. Na Usiminas, os trabalhadores estão entregando as ações que compraram durante a privatização porque se deram conta de que o lucro pelo qual trocaram apoio à privatização não veio. Como em outras empresas privatizadas, também lá começam a perder o emprego.

Governo dá satisfação. Por outro lado, Edson Silva, avalia que o governo começa a fazer ajustes e a dar uma satisfação às contestações que começam a existir. Exemplo disso é a medida que permite ao Senado dar parecer sobre o preço mínimo das empresas. Até hoje, as decisões sobre o preço mínimo são tomadas pela Comissão de Desestatização, em sessões secretas. Essa comissão é comandada por André Montoro Filho, que está sendo condenado pelo TCU (ver matéria abaixo). Passar a Nitrofertil para a Petrobrás, enquanto leiloava a Ultrafertil, é considerada também como outra manobra. Outra demonstração de que o governo está sendo acuado é a decisão de que a campanha publicitária não vai mais ser em torno de "privatizar é necessário" para que o Estado possa arrecadar recursos e investir em serviços sociais. A partir de agora o governo vai divulgar que é vantajoso privatizar porque o Estado deixa de investir em estatais. Isso demonstra que o governo abandonou todos os motivos apresentados no início da campanha. Mas continua privatizando!

Tribunal de Contas condena Montoro Filho

O deputado Edson Silva (PCdoB-RS) vai interceder pelo afastamento de André Franco Montoro Filho da presidência da Comissão de Desestatização. Montoro Filho foi condenado pelo Tribunal de Contas da União, junto com os diretores da Cosipa, Pêrsico Pizzamiglio e Paribank, a devolver US\$ 14 milhões aos cofres da União. Ele é acusado de quando presidente do BNDES, convencer a Cosipa a realizar um negócio prejudicial aos interesses do país. "É inadmissível que uma pessoa, condenada por malversação do dinheiro público fique na presidência da Comissão de Desestatização com todas as possibilidades de continuar cometendo irregularidades", afirma o deputado Edson Silva.

A Companhia Siderúrgica Paulisa (Cosipa), está localizada em Cubatão, causou aos cofres públicos, segundo o TCU, um prejuízo de US\$ 14 milhões numa controversa operação financeira para beneficiar uma empresa concordatária fabricante de tubos de aço carbono, a Siderurgia Pêrsico Pizzamiglio. fez desaparecer uma dívida equivalente a US\$ 15,8 milhões depois que a estatal comprou, em 1986, suas ações. O TCU também denunciou que a Cosipa recebeu 80% do lucro, mas sem correção monetária.

A Paribank SA, uma consultora financeira, foi a responsável por esse malabarismo para salvar a Pêrsico da falência. O TCU considerou o socorro a essa empresa uma operação fraudulenta, por isso exigiu a devolução do dinheiro. A não inclusão de correção monetária nesta operação, foi considerada gravíssima pelo ministro do TCU, Fernando Gonçalves, relator do processo. "Não resta dúvida de que houve conluio e solidariedade entre os agentes envolvidos no negócio para consumação de fraude", diz o relatório do TCU. Segundo o Tribunal, o BNDES era o maior e mais compreensivo credor do Pêrsico e venceu a Cosipa a pôr em prática o negócio.

Edson também pediu informações ao ministro-chefe da secretaria de Planejamento e Orçamento da Presidência, Alexis Stepanenko, que declarou à imprensa ter o governo federal investido cerca de 21 bilhões de dólares em estatais. Desconfiado desse valor, Edson quer saber quando, a partir de quando e até quando foram realizados estes investimentos; quais as empresas beneficiadas e como foi usado o dinheiro. Edson também pediu que o senador seja convocado a depor na CPI. (G.P.)

Operários da Ultrafertil resistem

Luiz Manfredini
de Curitiba

Os operários da Ultrafertil em Araucária (PR), região metropolitana de Curitiba, ergueram uma verdadeira barricada contra a privatização da empresa remanescente do grupo Petrofertil, da Petrobrás. Apesar dos protestos de vários governadores, de políticos de diversos partidos, de sindicalistas e de numerosas representações sociais, a empresa foi leiloada no Rio de Janeiro, no último dia 24 de junho, debaixo de um torrente de denúncias quanto à irregularidade na operação. Segundo o deputado Haroldo Lima "é revoltante o fato da Trevisan avaliar uma estatal para que seus próprios clientes a comprem. O governo cedeu as pressões das elites e permitiu que o mesmo grupo que adquiriu fraudulentamente a Fosfertil, a Goiásfertil e a Indag, viesse a "comprar a Ultrafertil constituindo um verdadeiro monopólio no setor de fertilizantes".

A fábrica foi tomada na quarta-feira, 24, dia do leilão, numa iniciativa que inclui o Sindiquímica do Paraná, representantes da sociedade civil do estado, não faltando a solidariedade de delegações sindicais de Sergipe, Bahia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. "Dos 630 trabalhadores da Ultrafertil, 300, são os que, efetivamente operam a fábrica; destes, 200 estão aqui", informou Cezar Alves diretor do Sindiquímica. Eles permaneceram ocupando a fábrica até a manhã do dia 1. de junho.

Embora reconhecendo os limites de sua luta a partir da realização do leilão, sindicalistas valorizam a tomada da fábrica. "Esta, efetivamente, é a única resistência de fato ao programa de privatizações", dispara o presidente do Sindiquímica de Sergipe, Francisco Gualberto. "Em nenhuma empresa já privatizada houve uma luta assim", acrescenta, destacando o fato de que ao contrário do que ocorreu nos casos anteriores, na Ultrafertil "o governo não conseguiu ganhar os operários com seu blá-blá-blá neoliberal".

Os trabalhadores julgam que um primeiro efeito positivo da ocupação foi o fato do presidente Itamar Franco facultar ao Senado, em caso de dúvida, o poder de examinar as avaliações de estatais privatizáveis. Mas as consequências da venda da empresa de fertilizantes invade de sombras o futuro dos operários. "Virão demissões, redução de salários, repressão e humilhações", prevê o sindicalista Gualberto. Estima-se a demissão de pelo menos 35% dos atuais empregados. O sindicalista adverte ainda para a formação de cartel dos fertilizantes e até mesmo o fechamento da empresa, caso aos novos proprietários seja mais vantajoso importar o produto, valendo-se das isenções e da redução de alíquotas de importação.

CPI apura maracutaia

▼ A Comissão Parlamentar de Inquérito instalada pelo Congresso Nacional com a finalidade de averiguar as suspeitas de irregularidades na privatização de empresas estatais promete um trabalho árduo para provar as maracutaias.

Guiomar Prates

Na quarta-feira, dia 30 de junho, a Comissão ouviu o depoimento do presidente da Central Única dos Trabalhadores, Jair Meneguelli. Entre outras coisas Meneguelli afirmou que há suspeitas, sendo investigadas pela CUT, de que Luis Antonio de Medeiros, presidente da Força Sindical, tenha recebido dinheiro para colaborar na privatização da Companhia Siderúrgica Nacional. Também lembrou que muitos dos que hoje tocam o programa, já duvidaram da sua lisura.

Mas isso é café pequeno perto das negociatas que envolvem os grupos privados que estão monopolizando as empresas privatizadas. O deputado Edson Silva (PCdoB-RS), integrante da CPI, diz que é necessário ir até às últimas consequências na apuração das irregularidades. Nem mesmo os defensores acreditam na lisura do processo.

Monopólio privado. Para o deputado comunista, o processo já é irregular só pelo fato de não estar cumprindo com os objetivos que foram traçados pelo governo, como diminuir o déficit público, pulverizar o controle das empresas estatais e arrecadar dinheiro vivo para investimentos na área social, como educação e saúde. "Depois de mais de 20 empresas privatizadas nenhum desses objetivos foi alcançado", afirma. Nas áreas em que o Estado detinha o monopólio, como a de siderurgia, fertilizantes, química e petroquímica, o monopólio está passando para o controle de empresas privadas. Na área de ações não planos o controle passou a ser exercido pela Gerdau. Na área de fertilizantes, o grupo Manah está comprando todas as empresas. Já na petroquímica, a Norberto Odebrecht, conhecida pela ligação com os escândalos da PC Farias, pretende o controle absoluto do mercado.

O não cumprimento dos objetivos inicialmente propostos desmascara os argumentos dos que viam nas privatizações a solução para os problemas do Estado. Apesar da privatização do filé mignon das estatais brasileiras como a CSN e a Usiminas, também o déficit público não diminuiu, porque o governo está vendendo tudo por moeda podre e títulos que vencem depois do ano 2000.

Segundo o relatório do próprio Programa Nacional de Desestatização (PND), que tem o BNDES como órgão gestor do Fundo Nacional de Desestatização (FND), do valor total arrecadado com a privatização de 22 empresas, apenas 1% foi em cruzeiros e 0,3% em cruzados novos. O restante foi pago com Certificados de Privatização (27,3%), Divisas Securitárias



Operários ocupam a Ultrafertil contra a privatização

da União (25,5%), debêntures da Siderbrás (19,2%), obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (14%), Títulos da Dívida Agrária (8,4%), Letras Hipotecárias da CEF (2,6%) e Títulos da Dívida Externa (1,7%).

Leilão é farsa. E conseguir dinheiro para investir na área social é uma ilusão ainda maior. Segundo a Procuradoria Geral da República, o governo arrecadou 40 milhões de dólares até agosto de 92, e gastou com propaganda contratação de empresas que fazem auditoria uma quantia que ultrapassa esse valor. "É evidente que este programa está comprometido e se constitui num grave dano ao patrimônio público", acusa Edson.

Outro ângulo sob o qual se pode analisar o programa: os leilões, na realidade, têm se constituído numa farsa. O governo fixa um preço mínimo, subavaliado e as empresas estão vendidas pelo mínimo, exatamente porque quando acontece o leilão, um grupo de investidores já está articulado para arrematar. "Isso é uma farsa. Era melhor que o governo chamasse logo o grupo interessado e dissesse: me dá as moedas podres, toma aqui a fábrica", ironiza Edson.

Tudo isso evidencia as irregularidades, demonstra que o patrimônio público está sendo lesado; "também não há nenhuma discussão da parte do governo sobre o papel que as empresas possam cumprir no desenvolvimento do país. O que há são alegações de que são empresas deficitárias, o que não é verdade porque existem empresas lucrativas sendo vendidas. O governo só se fixa em critérios que favorecem a venda porque essa é uma imposição dos grandes banqueiros internacionais, da chamada política neoliberal", acrescenta o deputado.

Compromisso com lucro. O Brasil sai perdendo, e muito, com a continuidade das privatizações, não só porque perde patrimônio, mas também porque tem o futuro de seu parque industrial comprometido. Nenhum desses grupos que está comprando as estatais tem o compromisso com o desenvolvimento econômico ou com a realização de projetos sociais. O único compromisso que têm é com a maximização de seus lucros. Há ainda, a orientação premeditada de determinados grupos econômicos de liquidar as empresas. "É bom lembrar que a Gerdau comprou a Cosimar e logo depois fechou-a. Estamos diante de uma grave ameaça, porque o programa de privatização obedece à lógica de desmonte do Estado", denuncia Edson.

Tanto isso é verdade que o PND não obriga as empresas a realizarem investimentos depois de privatizadas. "Se o governo tivesse interesse em preservar o patamar industrial que alcançamos, ou desenvolvê-lo, colocaria no edital que a empresa que comprasse, além de pagar tal preço, deveria, em determinado período, realizar investimentos para que a empresa ganhasse eficiência, competitividade. No entanto, os grupos compram e alcançam lucros com os investimentos que o Estado já fez", protesta o parlamentar Gaúcho. Além disso, o governo faz vultosos investimentos para sanear a empresa antes de ser vendida e, aí, oferece de bandeja.

Essas evidências, segundo Edson, têm feito com que, na CPI, muitas pessoas que são favoráveis à privatização comecem a discordar da forma como ela tem sido feita. Avalia que o trabalho da CPI contribui para que as pessoas se deem conta do que está acontecendo. "Acho que hoje o governo já não

tem as mãos livres para continuar cometendo, sem contestação, esse crime contra o patrimônio público".

O debate já é maior e a resistência pode ser observada, como a que ocorreu na Ultrafertil, que é a primeira empresa em que os trabalhadores se posicionam frontalmente contrários, não são envolvidos como nas anteriores. Como não poderia deixar de ser, os argumentos que envolveram os trabalhadores das demais empresas privatizadas foram por água abaixo. Na Usiminas, os trabalhadores estão entregando as ações que compraram durante a privatização porque se deram conta de que o lucro pelo qual trocaram apoio à privatização não veio. Como em outras empresas privatizadas, também lá começa a perder o emprego.

Governo dá satisfação. Por outro lado, Edson Silva, avalia que o governo começa a fazer ajustes e a dar uma satisfação às contestações que começam a existir. Exemplo disso é a medida que permite ao Senado dar parecer sobre o preço mínimo das empresas. Até hoje, as decisões sobre o preço mínimo são tomadas pela Comissão de Desestatização, em sessões secretas. Essa comissão é comandada por André Montoro Filho, que está sendo condenado pelo TCU (ver matéria abaixo). Passar a Nitrofertil para a Petrobrás, enquanto leiloava a Ultrafertil, é considerada também como outra manobra. Outra demonstração de que o governo está sendo acuado é a decisão de que a campanha publicitária não vai mais ser em torno de "privatizar é necessário" para que o Estado possa arrecadar recursos e investir em serviços sociais. A partir de agora o governo vai divulgar que é vantajoso privatizar porque o Estado deixa de investir em estatais. Isso demonstra que o governo abandonou todos os motivos apresentados no início da campanha. Mas continua privatizando!

Tribunal de Contas condena Montoro Filho

O deputado Edson Silva (PCdoB-RS) vai interceder pelo afastamento de André Franco Montoro Filho da presidência da Comissão de Desestatização. Montoro Filho foi condenado pelo Tribunal de Contas da União, junto com os diretores da Cosipa, Pêrsico Pizzamiglio e Partbank, a devolver US\$ 14 milhões aos cofres da União. Ele é acusado de quando presidente do BNDES, convencer a Cosipa a realizar um negócio prejudicial aos interesses do país. "É inadmissível que uma pessoa, condenada por malversação do dinheiro público fique na presidência da Comissão de Desestatização com todas as possibilidades de continuar cometendo irregularidades", afirma o deputado Edson Silva.

A Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), está localizada em Cubatão, causou aos cofres públicos, segundo o TCU, um prejuízo de US\$ 14 milhões numa controvertida operação financeira para beneficiar uma empresa concordatária fabricante de tubos de aço carbono, a Siderurgia Pêrsico Pizzamiglio. Fez desaparecer uma dívida equivalente a US\$ 15,8 milhões, antes que a Cosipa comprasse, em 1986, suas debêntures com juros de 8% ao ano, mas sem correção monetária.

A Partbank SA, uma consultora financeira, foi a responsável por esse malabarismo para salvar a Pêrsico da falência. O TCU considerou o socorro a essa empresa uma operação fraudulenta, por isso exigiu a devolução do dinheiro. A não inclusão de correção monetária nesta operação, foi considerada gravíssima pelo ministro do TCU, Fernando Gonçalves, relator do processo. "Não resta dúvida de que houve conluio e solidariedade entre os agentes envolvidos no negócio para consumação de fraude", diz o relatório do TCU. Segundo o Tribunal, o BNDES era o maior e mais compreensivo credor da Pêrsico e venceu a Cosipa a pôr em prática o negócio.

Edson também pediu informações ao ministro-chefe da secretaria de Planejamento e Orçamento da Presidência, Alexis Stepanenko, que declarou à imprensa ter o governo federal investido cerca de 21 bilhões de dólares em estatais. Desconfiado desse valor, Edson quer saber quando, a partir de quando e até quando foram realizados estes investimentos; quais as empresas envolvidas e a documentação e Memória deste aporte em cada empresa. Stepanenko pode ser convocado a depor na CPI. (G.P.)

Entrevista

AMIR LANDO

▼ O senador Amir Lando do PMDB de Rondônia notabilizou-se nacionalmente como relator da CPI que investigou as atividades de PC Farias e jogou importante papel no processo de impeachment de Collor de Mello. Hoje, é novamente relator de outra importante Comissão Parlamentar de Inquérito: a que apura as irregularidades no processo de desestatização de empresas nacionais.

Em entrevista à *Classe*, ele fala dos trabalhos da CPI e afirma que tem sido lesivo aos nacionais o processo de privatização

por Guiomar Prates

Classe - Qual a avaliação que o senhor faz do trabalho da CPI da Desestatização até este momento?

Amir Lando - Esta comissão está abrindo uma área proibida. Era realmente uma clausura este

NOS LEILÕES SE SABE QUEM VAI COMPRAR E A QUE PREÇO

setor da privatização. O Programa Nacional de Desestatização foi concebido visando a transferência rápida e a qualquer preço das empresas federais para o setor privado. Nós percebemos que a mídia atuou de forma tão eficiente que modelou o pensamento brasileiro a respeito das privatizações no sentido de que, realmente, as estatais eram "elefantes", pesadas, desengonçadas e que precisavam ser transferidas o quanto antes para a iniciativa privada. Praticamente sucateavam, até na propaganda, para vender. Por isso mesmo, venderam muito mal. Os leilões não refletem a idéia que se tem de um leilão: onde você não tem comprador nem preço final determinado. Aqui já se sabe quem vai comprar e a que preço.

Classe - Como as irregularidades ficaram claras nos depoimentos já tomados pela CPI?

Amir Lando - Com os depoimentos e com as pesquisas que estamos fazendo relativas ao objeto da CPI. Por outro lado há uma série de aspectos legais

que não estão sendo observados. Por exemplo: a lei 8.031, estabelece princípios fundamentais a serem alcançados com as privatizações e isso foi totalmente desconsiderado, de forma que o processo apresenta aspectos extremamente lesivos ao patrimônio público, pelo aviltamento brutal dos preços das estatais vendidas. Isto tudo será apreciado posteriormente, sem falar nos aspectos pertinentes à formação de oligopólio do setor petroquímico, siderúrgico e de fertilizantes. A Odebrecht, por exemplo, está adquirindo todas as empresas fabricantes de matérias-primas, ou seja, as empresas de primeira geração. Consequentemente ela vai dominar todo o mercado. As empresas que não estiverem sob a sua dependência podem ser asfixiadas pelo não fornecimento de matéria-prima. Não há nenhuma cláusula, e isto é um absurdo, que obrigue a Odebrecht a fornecer matéria-prima para as demais concorrentes. A área de fertilizantes também corre no mesmo sentido de formação de oligopólios.

Classe - E as irregularidades na fixação dos preços mínimos?

Amir Lando - A metodologia de fixação dos preços mínimos adota critérios extremamente prejudiciais à fixação do preço. A CPI encontrou dificuldades imensas porque já havia uma mídia e um conceito já estratificado na consciência do povo brasileiro. Ela está lutando contra esses moínhos de vento, contra interesses imensos que estão em jogo, contra uma minoria muito pequena de privile-

giados que está conseguindo adquirir essas estatais a baixo custo e que possui um capital muito expressivo até para financiar uma propaganda que lhe seja favorável e contra a CPI. Mas nós já conseguimos caminhar bastante. Vamos entrar numa fase de investigação para apurar as irregularidades que já foram denunciadas nos depoimentos. E começam a chegar outras denúncias que também demandam investigações. Eu diria que a CPI venceu a primeira grande batalha, essa grande linha marginal! nessa muralha da China, vamos dizer assim, que a mídia, a propaganda, enfim, os interesses do setor haviam construído na opinião pública brasileira. Agora ela passa a ter um trabalho mais tranquilo. Já estamos avançando num campo que antes era proibido, era área reservada àqueles que detinham o monopólio desse conhecimento e desses mecanismos que são, e isso vai ser demonstrado satisfatoriamente, lesivos ao interesse público.

Classe - A CPI esteve no Rio para analisar os indícios de irregularidades na privatização da CSN. O que foi apurado?

Amir Lando - Eu, como relator, só posso fazer considerações gerais. Específicas eu deixo para o relatório, mas posso adiantar que constatamos o que já foi publicado na imprensa: todo o mecanismo de assalto à empresa. Um grupo de pessoas que já tinha laços e vínculos com a empresa no governo Collor, que estiveram lá dentro preparando e saneando para privatizar e depois continuar lá dentro, com ela já privatizada, a começar pelo presidente, Roberto Procópio Lima Neto. As denúncias que foram feitas nos depoimentos foram confirmadas com provas e com outros depoimentos. Outro aspecto a considerar é que a avaliação dessa empresa deixou muito a desejar. Ela poderia ser vendida, no mínimo, pelo dobro.

Classe - E na Ultrafértil?

Amir Lando - Também foi esse mesmo processo. Nós tivemos a oportunidade de levar as preocupações da comissão ao presidente Itamar, mas ele entendeu que o procedimento era aquele já estabelecido pela própria Comissão de Desestatização.

Classe - Foi tensa essa reunião com o Presidente?

Amir Lando - Foi realmente tensa, mas isso é normal. O relacionamento entre os poderes deve ser harmônico e independente.

Classe - O Sr. acha que essa CPI pode vir a cumprir o mesmo papel que cumpriu a CPI de PC Farias?

Amir Lando - Os interesses



Amir Lando, relator da CPI das privatizações

em jogo são muito superiores àqueles valores apurados pela CPI do PC. Aqui tratam-se de centenas de bilhões de dólares, enquanto que lá, não chegamos a nem uma centena de milhões de dólares. Aqui há uma quantidade enorme de recursos em jogo e a CPI quer apurar a verdade. Estamos diante de um fato muito maior do que aquele que envolveu PC Farias e levou ao impeachment de Collor.

Classe - O que o Sr. acha da propaganda que diz que os empregados devem ser donos das empresas privatizadas?

Amir Lando - Os empregados estão sendo usados, via de regra, por grupos econômicos. Não se está democratizando esse capital. O que existem são muitos contratos de gaveta: o empregado compra com subsídios e depois vende aí fora.

Classe - Qual é o prazo que a CPI tem para apresentar seu relatório?

Amir Lando - Nosso prazo esgota-se no dia 6 de agosto, mas provavelmente pediremos uma prorrogação de uns 60 dias. Lá por setembro ou outubro, já deveríamos apresentar o relatório.

OS INTERESSES EM JOGO SÃO SUPERIORES AOS DA CPI DO PC

Consultoras sob suspeita

Um dos aspectos que deverá esquentar os trabalhos da CPI da Desestatização no início do segundo semestre, depois do recesso parlamentar, é a investigação sobre as empresas de consultoria que fazem a avaliação do valor das estatais, e a relação que elas mantêm como o BNDES. Existem indícios de que o lobby das maiores empresas, que são contratadas pelo BNDES para essas avaliações forma o que poderia ser chamado de um cartel. Elas acordariam previamente os preços e a que apresentasse o preço menor subcontrataria as outras. Elas fariam rodízios para que todas saíssem ganhando. Por outro lado, as empresas estariam levando um percentual sobre a diferença do preço mínimo e o valor de venda. Isto faria com que as empresas de consultoria tivessem o máximo interesse em baixar o preço inicial dos leilões. (Guiomar Prates)

TEMA EM
Debate

Raça é uma categoria biológica?

Fátima Oliveira

Médica-Secretária Geral da UBM

Não há consenso sobre o que seja raça e quais os atributos suficientes para determiná-la. Tanto na Biologia quanto nas ciências sociais inexistem um conceito capaz de incorporar com precisão o significado biológico e social historicamente atribuído às diferenças de aparência ou diversidade genética entre os seres humanos.

No estágio em que se encontra a Genética Molecular, bem como sua face vedete a Engenharia Genética, categoria biológica é algo que uma vez escrito nos genes só dá um tipo de resultado. É o chamado determinismo ou fatalismo genético. Um "destino" biológico do qual não se escapa. O mesmo destino que durante séculos esteve escrito nas estrelas. Sexo biológico é a única divisão existente na espécie humana que se enquadra neste conceito atual de categoria biológica. A pessoa portadora de cromossomos XX é mulher. Quem possui XY é homem.

Unicidade. A nível do gene a espécie humana é uma só. Esta unicidade é de tal magnitude que as pesquisas de DNA afirmam que é impossível dizer quem é geneticamente negro, branco ou amarelo. Parece uma contradição, pois o gene é a base material da hereditariedade e contém e transmite as informações que resultam na aparência (fenótipo) das pessoas. Mas o que se herda são genes e não caracteres! O gene "carrega" uma multiplicidade de informações para uma mesma característica como cor dos olhos, pele, estatura, etc. Portanto carrega várias possibilidades, o que comprova que não existe a tal da "raça pura". Da união dos genes maternos e paternos (esta é uma interação do gene com o meio ambiente - no caso outro gene) podem surgir diferentes "combinações", ou seja, genótipo e fenótipo variados.

A diversidade biológica é tão patente que a semelhança genética entre mãe, pai e prole é de 50%, e entre irmãos apenas cerca de 25% dos genes são iguais. Cada ser vivo originado de reprodução sexuada é geneticamente único, à exceção dos gêmeos univitelinos. Em comum só o padrão de cada espécie. Aquilo que diz a um gene que ele é de uma violeta, de um mosquito, de um macaco ou de um humano. "Algo" tão sutil a ponto de que é de apenas 1% a diferença do genoma de um chimpanzé para o de um humano.

Conceito falso. Estas constatações evidenciam que raça enquanto categoria biológica é um conceito falso e superado. Em 1738 o naturalista sueco Linneu elaborou a primeira classificação dos seres vivos e designou a nossa espécie de *Homo sapiens* e dividiu-a em quatro grupos: euro-

peus, asiáticos, africanos e americanos, tendo em conta o "tipo físico" predominante nestas regiões. Em 1775 Blumenbach, criador da Antropologia, usou pela primeira vez na Biologia a palavra raça para se referir aos grupos de Linneu. Persistem até nossos dias as buscas de um argumento biológico imbatível para demonstrar que a diversidade humana comporta uma ordem de hierarquia com uma subespécie e uma raça superior.

O significado biológico das raças deve ser entendido nos marcos da Teoria da Evolução. As aparências diferentes são provas do processo evolutivo, da interação gene e meio ambiente. Cientificamente raça é somente um conceito *descritivo e convencional* do estudo e classificação dos caracteres aparentes dos grupos humanos (Antropologia). Também é um conceito arbitrário. Tão arbitrário que quem quiser pode "arbitrar" uma classificação racial. Basta indicar que caracteres pretende considerar. Por exemplo a raça dos altos, dos baixos, de acordo com a cor dos olhos, etc. Vale ressaltar que o quesito cor (cor da pele) é o alicerce da maioria das classificações raciais. Isso não aconteceu por acaso. Desde Linneu, esta foi uma forma de procurar demonstrar "cientificamente" que o desenvolvimento social desigual das sociedades e a diferença de culturas guardavam uma relação indissociável com uma suposta superioridade racial. A superioridade era branca!

Combate ao racismo. Historiadores dizem que até o século XV o racismo não existia como o conhecemos hoje. O antagonismo entre os agrupamentos humanos era de base econômico-cultural. Por ocasião das grandes "descobertas" territoriais os nativos foram considerados subumanos e sem alma. Mas eis que o naturalista inglês Charles Darwin em 1859 publica o seu livro *A Origem das Espécies*, onde explicita os fundamentos básicos de que seres da mesma espécie nascem da mesma fonte e que as espécies evoluem. Esses fatos e as idéias que deles emanam são opostas ao racismo. Mas os racistas se safam criando o darwinismo social, ideologia que procurava provar que uma raça superior era compatível com a Teoria da Evolução. A partir de 1900, com o desenvolvimento da Genética, os racistas criaram a Eugenia. Nos tempos do DNA aparecem com a Sociobiologia: uma nova roupagem para a doutrina racista com base na ditadura absoluta e no fatalismo de um suposto gene egoísta.

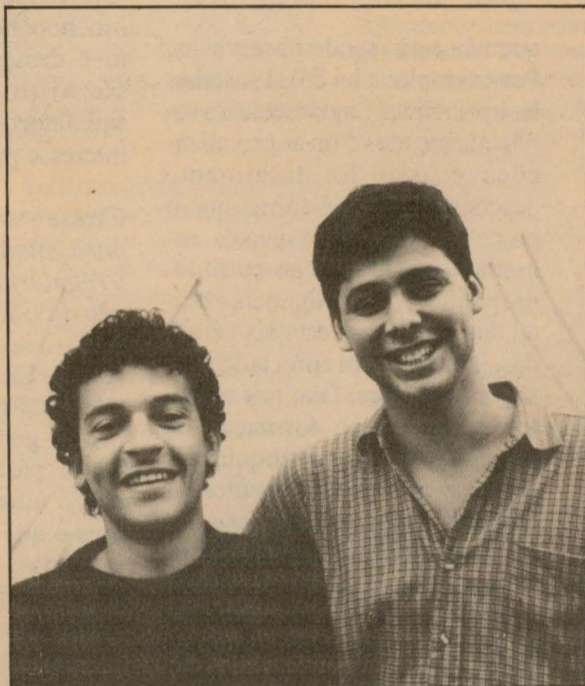
Ao mesmo tempo em que se declara que raça é um conceito descritivo e que a diferença é uma norma da natureza viva é preciso compreender que a despeito de todas estas verdades o racismo existe e a opressão racial é uma chaga que se amplia e se diversifica. Ressurge sob novos disfarces, se recicla cotidianamente. As teorias racistas ainda têm como pedra de toque o biológico, embora as práticas racistas incluam valores como cultura, crenças e sobretudo o lugar que cada pessoa ocupa na sociedade.

UNE

43º Congresso realiza-se em Goiânia

▼ "Derrubamos um presidente, vamos levantar a educação". A chamada do cartaz que convocou o 43º Congresso da União Nacional dos Estudantes resume o espírito de luta que tomou conta da juventude desde a campanha do impeachment

Guiomar Prates



Fernando Buarque e Lindbergh Farias

Realizado em Goiânia, de 30 de junho a 4 de julho, a pauta do encontro previa a discussão sobre a situação nacional e internacional, universidade e movimento estudantil. Quando fechávamos esta edição, a expectativa era de que mais de seis mil universitários participassem do encontro. Cerca de três mil e 300 delegados foram credenciados. A abertura do Congresso foi na quarta-feira à noite, marcada por um ato político em que participaram diversas personalidades entre elas os deputados federais Aldo Rebelo, Maria Luiza Fontenelle e Renildo Calheiros, além de entidades da sociedade civil como o Modecom, a UBES, a Fasubra e movimentos dos mercados para morrer e partidos políticos. Renato Rabelo representou a direção nacional do PCdoB. Esteve também na abertura do congresso a mãe de Honestino Guimarães, dona Maria Rosa.

Para o presidente da UNE, Lindbergh Farias, este é um dos eventos mais importan-

tes da história da entidade, pois acontece no momento em que a UNE recuperou o prestígio e hoje joga papel importante na cena política brasileira. Para Fernando Buarque, atual diretor, e possível candidato à presidência da UNE, a entidade deve estar preparada para novas mobilizações, não só por lutas específicas, mas para dar respostas aos grandes temas que vão estar em debate. "Neste próximo semestre nós vamos enfrentar batalhas decisivas. Queremos barrar a revisão constitucional que é a forma dos conservadores golpear a própria Constituição acabando com o monopólio estatal do petróleo e as conquistas sociais. Devemos aprovar no Congresso a organização de um movimento em contraposição ao "Decola Brasil" expressando a luta contra o plano econômico de Fernando Henrique Cardoso, que prevê corte de verbas para a educação e saúde e pretende acelerar ainda mais as privatizações, deixando intactos os fabulosos juros da dívida externa e poupando os banqueiros que são, na verdade, os que mais ganham com este plano", afirma Fernando.

Lindbergh também acredita que é possível, a partir de uma discussão aprofundada, colocar novamente milhares de estudantes nas ruas. "Acho que, além de mobilizar os estudantes, a UNE contribui para despertar todo o movimento social. Por isso, temos muita responsabilidade. No próximo semestre quando discutirmos os problemas específicos eles serão vinculados com a luta mais geral. Por exemplo: a defesa da educação pública e gratuita deverá estar associada à luta contra o corte de Cr\$ 25 trilhões no Ministério da Educação que o governo está propondo. Este Congresso deve armar os estudantes para as mobilizações."

Fernando Buarque diz que hoje está provada a coerência dos que defenderam no congresso do ano passado a necessidade da UNE realizar grandes campanhas e apontaram o caminho das ruas como o mais adequado para retomar a força dos estudantes e fazer com que influenciassem decisivamente na vida do país. Esta, segundo ele, deve continuar sendo a marca da entidade. "Os estudantes, historicamente, até mesmo antes da fundação da UNE, se rebelaram contra as desigualdades e as injustiças, em defesa das grandes causas nacionais. Na campanha do impeachment mostramos que, diferente do que diziam alguns, a juventude não está alienada", esclarece.

Fernando lembra ainda que a chamada geração coca-cola foi para as ruas para "defender um Brasil diferente, sem corrupção e mais justo. Por isso a próxima diretoria tem uma grande responsabilidade de dar continuidade a essas mobilizações. Temas como as privatizações e a Lei de Patentes, que dizem respeito à ciência e à tecnologia, podem sensibilizar a juventude. Se conseguirmos isso, certamente poderemos realizar novas grandes passeatas".

Homenagem a Honestino Guimarães

A solenidade de abertura do Congresso da UNE também foi marcada pelo descerramento de uma placa em homenagem ao ex-presidente da entidade e desaparecido da ditadura militar.

A mãe de Honestino estava presente e demonstrou seu apoio aos jovens que como seu filho lutam por um país melhor. "Eu pertencço à UNE. A UNE é minha filha. É o 6º Congresso em que compareço e o que quero é mudar a cabeça dos brasileiros".

O acontecimento foi também um teste para que abram os arquivos do DOPS

e do SNI reivindicado pelo grupo "Tortura Nunca Mais". "Me dói muito a atitude dos nossos governantes de não escutar a nossa voz. O nosso presidente não sabe o que é ser mãe de um desaparecido", declarou Maria Rosa. No final ela ainda falou sobre sua admiração e parabenizou a atual gestão da UNE, "destruíram o corpo do meu filho, mas ele vive".

O presidente da UNE, Lindbergh Farias acredita que é do exemplo desses verdadeiros filhos de um país melhor. (Luciana Bento)

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Sem-terra

caminhada percorre 200 km

▼ No Maranhão, trabalhadores rurais fazem caminhada contra a violência no campo e exigem um pedaço de chão para morar e o fim do sofrimento de milhares de famílias

José Ribamar Praseres
Do Maranhão

Sob a bandeira de "Terra, trabalho, justiça e produção" e aos gritos de "ocupar, resistir e produzir", mais de 300 trabalhadores rurais percorreram 200 km de Vitória do Mearim até São Luís, em nove dias de caminhada. O objetivo dessa marcha foi o de reivindicar junto aos governos federal e estadual soluções, ainda que parciais, para os graves problemas do campo no Maranhão.

Campo em pé de guerra. Com estrutura agrária extremamente concentrada, em que latifúndios atingem 250.000 hectares, o Maranhão amarga a situação de ser um dos estados com maior número de conflitos por posse de terra. A Procuradoria Geral da República está analisando 250 casos de violência no campo, decorrentes de conflitos em mais de cem áreas, conforme dados da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetaema) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). A violência no campo se agravou nos últimos dois anos como o governo de Edson Lobão, historicamente ligado ao



voltaram a ser casos de polícia. Sozinha, ou em conivência com juizes reacionários, a Polícia Militar investe barbaramente contra os povoados do interior. Vilas inteiras são destruídas, casas e plantações são queimadas pela PM a exemplo do povoado Belém, no município de Buriti de Inácia Vaz. Neste vilarejo, o pretense proprietário, o Grupo João Santos, dono de mais de 250.000 hectares dedicados à cana-de-açúcar e à produção de papel, chegou mesmo a cometer atentado contra o Subprocurador da Justiça, sr. Álvaro Ribeiro Costa, que estava ali para averiguar a destruição do povoado quando um caminhão investiu contra ele. Também a impunidade voltou a dominar as terras do estado. Pistoleiros circulam livremente e são contratados a qualquer momento para assassinar líderes políticos e sindicais.

Terras a troco de nada. Enquanto o governo Lobão intervém violentamente nos conflitos, a pequena produção vai deixando de existir. Cada dia é maior o número de falências de pequenos proprietários, que são

assim obrigados a se assalariar. O Maranhão hoje importa arroz, feijão e milho e contraditoriamente exporta soja.

O primeiro secretário da Fetaema, Raimundo Mendonça (o Cabecinha), disse que "ao mesmo tempo, as viagens de Lobão ao Exterior se sucedem. Na França, Alemanha e no Japão são oferecidas gratuitamente as terras do Maranhão, além de o estado arcar com os custos de construção de estradas e irrigação nas regiões de soja

Lavradores se levantam. A caminhada por terra, trabalho, justiça e produção é a continuidade da luta que já teve muitas ocupações de terra e do Incra, mas de forma isolada, povoado a povoado. Para Cabecinha, "a caminhada significou a elevação da luta, especialmente porque selou a unidade entre campo e cidade." Coordenada por Fetaema, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e CUT, a marcha recebeu apoio da Comissão Pastoral da Terra, da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, Movimento

Nacional de Pescadores, STRs, sindicatos urbanos, além de partidos, entre os quais o PCdoB. "Foi uma grande vitória da unidade", acrescentou Cabecinha.

Para o líder camponês, "a passagem em cada lugar e o apoio recebido do povo e das lideranças políticas, religiosas e das autoridades locais foi importante para chamar a atenção sobre a questão agrária." Vitória também porque conseguiu forçar negociação com o governador, com o presidente do Incra, com o Procurador Geral de Justiça e com o presidente da Assembléia Legislativa, na qual alguns compromissos foram firmados.

Durante a negociação, Cabecinha foi enfático: "vimos aqui confrontar nosso plano com o do governo". Para ele, "os lavradores querem que as autoridades cumpram a lei contra a violência no campo", porque "queremos trabalhar mas estamos impedidos pela ação armada do latifúndio", arrematou.

Alguns compromissos. De concreto, o movimento camponês conseguiu que as autoridades analisem a lista dos conflitos; a promessa de não interferência nos conflitos sem negociação, mesmo com ordem judicial; a criação de linha de crédito para pequenos agricultores, sendo que o conceito de pequena propriedade deverá ser definido pelo Seminário da Contag em Recife; e a criação de Fórum permanente contra a violência rural. Ao fim das negociações, os lavradores fizeram manifestação na Praça Deodoro, em São Luís, na qual se pronunciaram, entre outros, a prefeita Conceição Andrade; Francisco Julião, representante das Ligas Camponesas; e o PCdoB.

Julgamento é adiado no Pará

Mais uma vez foi adiado o julgamento dos responsáveis pelo assassinato do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, Expedito Ribeiro de Souza. O Tribunal de Justiça do Pará acatou por 8 votos contra 6 o pedido de desforamento feito pelo advogado da defesa, Américo Leal. Com isso, o julgamento que estava marcado para 30 de junho no município de Rio Maria (distante 900 km de Belém) foi transferido para o município de Xinguara. A defesa alegou, sem provas, que alguns jurados estariam sofrendo coação.

A nova data ficará a critério do juiz de Xinguara e, conforme estimativas do advogado da acusação,



Egídio Sales Filho, o julgamento não deverá ocorrer antes de 15 de julho, pois um novo júri terá de ser sorteado. A notícia do adiamento provocou protestos dos democratas e pronunciamentos na Câmara Federal e desagradou os movi-

mentos organizados que pretendiam acompanhar o julgamento. Só de Belém sairiam dois ônibus com trabalhadores rurais, advogados, estudantes e representantes de organizações não governamentais (ONGs). Jornalistas de diversos países e de vários estados brasileiros tiveram de cancelar na última hora a viagem a Rio Maria.

Crime é tabelado. O poeta Expedito foi morto dia 2 de fevereiro de 1991. O fazendeiro Jerônimo Amorim, dono da Fazenda Nazareth, localizada no município de Parauapebas-PA, é acusado de ser o mandante do crime e aguarda julgamento em

liberdade. Além dele, serão julgados o capataz da fazenda, Francisco Assis Ferreira, conhecido como Grilo, e o pistoleiro José Serafim Sales, o Barreirito, ambos presos em Belém. Barreirito foi contratado por Assis no final de janeiro de 1991 para assassinar Expedito e o então delegado sindical Pedro Vilerte. Pelo primeiro crime cobrou 200 mil cruzeiros, tendo recebido antecipadamente 30 mil.

Atualmente, a vida de um posseiro no Pará, conforme tabela dos pistoleiros, vale entre 500 mil e 2 milhões de cruzeiros.

(Luciana Costa, de Belém)

Fraude no congresso

Calucho Carvalho
De Salvador

Foi realizada nos dias 15, 16 e 17 de junho no Ginásio de Esportes Antonio Balbino, o Congresso da Fetag-BA. Aprovado pelo Conselho de Representantes da entidade, o congresso tinha como objetivo discutir teses para o movimento dos trabalhadores rurais e eleger a nova diretoria. Com a presença de 794 delegados, representando 279 Sindicatos de Trabalhadores Rurais, o congresso foi marcado pela fraude e por cenas de violência, onde não faltaram murros e pontapés patrocinados por representantes da Chapa 2, comandada pela tendência Articulação, do PT.

De acordo com Edson Pimenta, presidente eleito no congresso, todo aquele clima já era esperado. "Desesperados com a crescente força da Chapa 1, os membros da Comissão Eleitoral indicados pelo ex-presidente da entidade, Messias do Vale, desrespeitaram o regimento e montaram uma verdadeira fábrica de atas e documentos na sede da Federação, inventaram assembléias que nunca houve e como fruto da fraude eleitoral tentaram impor a participação de dezenas de sindicatos completamente irregulares".

Mesmo com o jogo sujo armado pelos membros da comissão, era clara a maioria de delegados da Chapa 1, "A Fetag somos nós". Diante da fraude, a Chapa 1 entrou com um recurso pedindo que 84 delegados não participassem da votação que deliberaria se eles participariam ou não do congresso.

O impasse continuou no segundo dia, o que levou a Chapa 1 a entrar na Justiça e conseguir uma liminar proibindo a participação dos 84 delegados na votação preliminar. A Articulação não acatou e partiu para a provocação. Ficou claro que a tática da Chapa 2 era de inviabilizar o congresso. Assim, impediram que os delegados ligados à Chapa 1 utilizassem os transportes do alojamento até o ginásio, convocaram a Polícia Militar para bater nos trabalhadores, espalharam capangas por todos os lados distribuindo socos e pontapés e retomaram o velho e surrado anti-comunismo lançando panfletos com acusações levianas ao PCdoB. "Fizeram tudo que os pelegos faziam, desta vez ajudados pelo presidente da CUT-BA, Acácio Araújo e por Aloizio Carneiro, em troca do apoio da Articulação no próximo congresso da Contag, que será realizado no ano que vem", afirmou Edson Pimenta. Diante das provocações promovidas pela Articulação, a Corrente Sindical Classista aglutinou 403 delegados ligados a várias tendências que atuam no movimento dos trabalhadores rurais, realizou uma plenária e procedeu a votação elegendo a nova diretoria da Fetag.

Do outro lado, desesperada, a Chapa 2 realizou uma outra votação com a presença de 390 delegados, incluindo os 84 sob suspeição, que também elegeram uma nova diretoria. A Chapa 1 entrou na Justiça para garantir a posse que está marcada para o dia 25 de julho.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

MOVIMENTO

Comunista

Quando assassina
comunistas...

José Reinaldo Carvalho

Membro do CC do PC do B

Dois fatos recentes, aparentemente desconexos, ocorridos em países distantes, chamam nossa atenção e servem de alerta para as forças que lutam pela emancipação nacional e social em todo o mundo.

Na África do Sul um atentado terrorista ceifou a vida do secretário-geral do Partido Comunista, prestigioso líder político, provado dirigente da luta contra o *apartheid* e pela libertação nacional. Chris Hani era mundialmente conhecido não só por sua atividade de dirigente de um grande partido comunista em cujas fileiras atuam dezenas de milhares de militantes. Era também um dos principais dirigentes do Congresso Nacional Africano, aliado, colaborador e amigo do maior líder político do país, Nelson Mandela. O Partido Comunista da África do Sul, graças à aplicação de uma tática a um só tempo ampla e combativa, tornou-se a principal força política do CNA e exerce no país influência política decisiva.

O outro fato ocorreu no longínquo Nepal, país de 19 milhões de habitantes situado na Ásia Central, entre Índia e China, em plena Cordilheira do Himalaia. Ali, conforme noticiamos na passada edição da *Classe*, o secretário-geral do Partido Comunista do Nepal (marxista-leninista unificado) e um membro do Comitê Central desse partido morreram num acidente de trânsito ocorrido em estranhas circunstâncias. Nos últimos dias a imprensa ocidental noticiou que há evidências de que, na realidade, os dois dirigentes comunistas foram vítimas de atentado. O próprio governo nepalês foi obrigado a constituir uma comissão de inquérito para apurar o fato que desencadeou uma onda de protestos populares na capital do país, Katmandu.

Madan Bandari e Jeev Ashrit eram dirigentes do partido comunista que representa a primeira força política da oposição. É o segundo maior partido do país, ficando atrás apenas do Partido do Congresso (governista). Tem dezenas de milhares de membros, dirige as principais organizações de massas do país e possui uma bancada de 60 parlamentares na *Pratinidhi Sabha*, a Câmara de Deputados.

Os fatos citados, que mereceram o vivo repúdio dos partidos comunistas e demais forças progressistas em todo o mundo, devem ser objeto de reflexão. Em ambos os casos os terroristas atingiram a cabeça de duas organizações comunistas fortes, politicamente influentes, respaldadas em amplos movimentos de massas e com perspectivas de ocupar posição destacada na luta pelo poder político. Isto revela de maneira viva, concreta, quão restritivas e precárias são as garantias democráticas num período histórico onde, apesar das

aparências, a tendência geral é para a reação em toda a linha na ordem política. As classes dominantes retrógradas não toleram que as forças revolucionárias se credenciem, na prática, como alternativa política para as amplas massas trabalhadoras e assumam o papel que lhes cabe na luta emancipadora.

Os tempos de "Ubaldo" decerto passaram. Mas os comunistas têm a história como referência. O século XX assistiu a grandes comoções sociais e políticas, entre elas os ataques à democracia e as intencões para estabelecer regimes reacionários e fascistas. Geralmente - é o que a experiência demonstra - as investidas contra a democracia começa com ações repressivas contra os comunistas.

Se os episódios da África do Sul e do Nepal podem ser extremados, distantes e parecer isolados, não se deve, não obstante, subestimá-los. Em países onde ainda estão em vigor certas normas institucionais verifica-se o encaminamento de projetos políticos de reforma das leis eleitorais e reguladoras do funcionamento dos partidos políticos, tendo em vista a ilegalização de fato dos partidos comunistas e demais correntes avançadas da esquerda. O exemplo do Brasil, onde o PCdoB desempenha papel cada vez mais destacado na luta nacional, democrática e social, é eloquente a esse respeito.

Além do mais, é bom lembrar que o anticomunismo é uma espécie de praga que se propaga, com estímulo governamental e de potências imperialistas, por todos os países ex-socialistas do Leste e Sudeste da Europa. Na Albânia, a ex-dirigente do antigo PTA e da Frente Democrática foi condenada a 11 anos de prisão numa grotesca farsa jurídica. Na Hungria e na República Tcheca, promulgam-se leis proibindo a utilização dos símbolos comunistas (a foice e o martelo) e equiparando, para efeito de processos judiciais, o comunismo com o fascismo, caminho pelo qual se tenta incriminar militantes e dirigentes comunistas com efeitos retroativos a 1948.

Os comunistas e demais forças democráticas, populares e progressistas não devem perder de vista as lições da história. **Quando assassina comunistas e se põe em marcha a indústria do anticomunismo, dá-se o primeiro passo para investir contra a democracia e as liberdades políticas.**

Congresso na Venezuela. O Partido Comunista da Venezuela realizou nos últimos dias de junho seu IX Congresso para discutir sobre o fortalecimento do partido e a intervenção nas futuras eleições presidenciais. Na ocasião, o PCdoB enviou mensagem de saudação assinalando que o Congresso dos comunistas venezuelanos realiza-se num momento em que são graves as ameaças à democracia e à soberania nacional dos povos e países da América Latina. A mensagem do PCdoB lembra que cresce a cobiça pela região amazônica, o que afeta diretamente os interesses do Brasil e da Venezuela.

Não-Alinhados
Contra o monopólio das comunicações

Realizou-se em Pyongyang, capital da Coreia do Norte, na segunda quinzena de junho, a 4ª Conferência de Ministros da Comunicação dos Países não-Alinhados, com o objetivo de intercambiar experiências no setor das comunicações, num quadro em que é cada vez maior o monopólio das forças imperialistas nessa esfera.

O presidente da República Popular Democrática da Coreia, Kim Il Sung, fez o discurso de abertura da Conferência, destacando que os países não-alinhados e em vias de desenvolvimento devem lutar pela implantação de uma nova ordem mundial no setor das comunicações, o que está relacionado com a luta pela independência em escala mundial.

Referindo-se à conjuntura internacional, o presidente norte-coreano afirmou: "Hoje a humanidade vive uma nova época de mudanças históricas e os povos progressistas têm diante de si a tarefa comum de impulsionar a corrente da soberania para construir um mundo novo e independente".

Numa contundente denúncia dos imperialistas, Kim Il Sung declarou que apesar de ter acabado a guerra fria, ainda estão de pé forças retrógradas que, opondo-se à corrente da independência, tratam de dominar o mundo com mão de ferro. "Atualmente observam-se no mundo ocidental - afirmou - tendências a criar novos blocos e se tornam abertas as conjuras para expandir a esfera de domínio nos planos político, econômico e militar, ao mesmo tempo em que se aprofunda a diferença entre ricos e pobres, entre os países capitalistas adiantados e os países em desenvolvimento". O dirigente da RPDC citou em seguida os instrumentos que estão em mãos das forças retrógradas para exercer domínio, praticar saques e perpetrar agressões e ingerências contra os povos e países não alinhados e em vias de desenvolvimento: armas nucleares, blocos militares, dinheiro, cultura burguesa e reacionária, entre outros.

Diante desse quadro de ameaças crescentes à independência dos povos, o presidente norte-coreano ressaltou a importância do movimento dos não-alinhados na luta pela independência em todo o mundo.

Comunicação e soberania. A 4ª Conferência destacou o papel das comunicações na luta por um mundo novo e independente. A esse respeito, Kim Il Sung enfatizou em seu pronunciamento: "Na época atual, quando as massas populares estão forjando seus destinos de maneira independente no cenário histórico, as comunicações constituem uma importante frente de agudo enfrentamento e luta entre o progresso e a reação. Na atualidade, os imperialistas, mediante os modernos e potentes meios de comunicação monopolizados, difundem, em grande escala, ideologias e cultura reacionárias e informações tergiversadas de conformidade com suas exigências e interesses. Sufocam a justa voz dos povos, distorcem a seu alvedrio as opiniões públicas, inventam falsidades, embelezam e enfeitam a sociedade anti-popular e propugnam a agressão e a guerra". Por isso o líder coreano extrai a conclusão de que não se pode deixar intacto o monopólio exercido pelos imperialistas na esfera das comunicações.

O discurso de abertura da 4ª Conferência serviu ainda para expressar a opinião da RPDC sobre o caráter das comunicações dos países não-alinhados e em vias de desenvolvimento. Segundo o presidente coreano, sua missão principal é contribuir ativamente para a justa causa dos povos pela independência, a paz e o progresso social. As comunicações dos não-alinhados devem, em sua opinião, ser autênticas porta-vozes dos países e povos progressistas que defendem a independência. Em conclusão, o presidente da RPDC defendeu a necessidade de desenvolver o intercâmbio e a cooperação internacionais nessa esfera e discorreu sobre os êxitos alcançados na Comunicação Social em seu país.

Solidariedade ao povo cubano

Marcos Ruy

Há mais de 30 anos o imperialismo americano tenta isolar Cuba do restante do mundo. Através de um desumano embargo econômico o governo dos EUA procura sufocar o povo cubano para vencê-lo pela fome. A situação de Cuba piorou ainda mais com a aprovação da Lei Torricelli - de autoria do deputado americano Robert Torricelli -

no ano passado. A partir disso o governo americano procura intensificar o cerco ao país governado por Fidel Castro.

Cuba resiste. Por iniciativa do *Fórum de Solidariedade à Cuba*, no dia 28 de junho último, uma comitiva compareceu ao consulado americano em São Paulo para entregar um manifesto pelo fim do bloqueio à Cuba. O Cônsul-Geral dos EUA, Philip Taylor, só aceitou receber uma comissão de sete pessoas que lhe entregou o manifesto com a assinatura de João Amazonas (presidente do PCdoB), Lula (presidente do PT), Aloysio Ferreira (vice-governador de São Paulo), Fernando Moraes (secretário de Educação de São Paulo), Belchior, Elifas Andreatto, dentre outras personalidades,

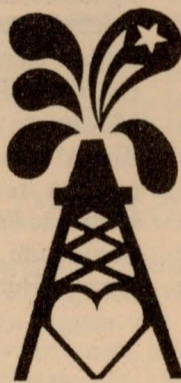
totalizando 213 assinaturas representando 10 partidos políticos, 2 centrais sindicais, 36 sindicatos e federações e outras 44 entidades da sociedade civil de São Paulo. A idéia dos organizadores é estender esse manifesto ao país inteiro.

No Rio Grande do Sul, diversos líderes de bancada na Assembléia Legislativa do Estado e vereadores de Porto Alegre estão pedindo, através de um abaixo-assinado, ao Secretário-Geral das Nações Unidas, Boutros Ghali, que Cuba seja reintegrada ao sistema econômico internacional. Cópias do abaixo-assinado serão enviadas à Presidência da República, ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil e à embaixada de Cuba.

Ameaça à soberania nacional. Condenando a visita de Torricelli, a deputada federal Socorro Gomes (PCdoB-PA) fez um pronunciamento na Câmara Federal. Ela crê que essa visita visa "estabelecer contato com políticos e empresários brasileiros para convencê-los a aderir ao bloqueio à Cuba". Isso, "constitui ingerência inadmissível nos assuntos internos do Brasil. A aceitação da pressão proveniente dos EUA comprometeria nossa ação soberana", conclui. A deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) ressalta, da tribuna da Câmara, que "no caso dos países dependentes de 'ajuda' dos EUA, a lei faz inúmeras chantagens. O governo fala até em conceder certos privilégios comerciais, desde que tal país rompa imediatamente as relações comerciais com Cuba".

É preciso por fim à ofensiva imperialista aos países que reafirmem a sua soberania nacional. O povo cubano é um dever imperioso de todos os povos do mundo.

UMA
GOTA
DE
AMOR
A CUBA



Mais uma vez imperialismo bombardeia Bagdad

▼ Era uma hora da madrugada do domingo, quando mais uma vez a cidade de Bagdad foi fortemente bombardeada. O bombardeio acarretou pelo menos 8 mortos e 30 feridos graves

Lejeune Mato Grosso

Sociólogo e Professor da Unimep



Multidão carrega seus motos em Bagdad e protesta contra os EUA

Ao todo, 23 mísseis do tipo "cruise" (Tomahawk), contendo pelo menos 500 quilos de explosivos cada um, foram despejados nos bairros populares de Al Mansour e Al-Mamoun. Os mísseis foram disparados pelas frotas navais americanas estacionadas no Golfo Pérsico-Arábico e no Mar Vermelho.

Segundo o chefe do alto comando militar americano, General Collin Powell o objetivo era atingir as instalações do Serviço de Inteligência do Iraque. As acusações formais do governo americano contra os iraquianos, são que estes planejaram, em abril deste ano, um atentado contra o ex-presidente dos Estados Unidos George Bush.

Forte terrorismo de Estado. Mais uma vez o governo americano prova ao mundo que pratica o terrorismo de Estado. Invade ao seu bel prazer os países que entende devam ser invadidos. Agride nações soberanas, desrespeitando todas as normas elementares do direito internacional. Viola a legalidade constituída, os princípios da ONU e rasga o seu estatuto que é a Carta das Nações.

Não se pode esquecer que em 1986, ainda no governo de Ronald Reagan, os Estados Unidos bombardearam a Líbia com o objetivo de assassinar o seu presidente Muammar Kadaffi, ataque esse que acabou matando sua filha.

Está claro que a decisão do ataque foi tomada pelo presidente americano com o propósito de tentar recuperar a sua combatida credibilidade junto à opinião pública. Os jornais dos dias subsequentes ao bombardeio, noticiaram a "recuperação do prestígio" do presidente (SIC).

A presente agressão, que se prende a uma mentira montada pela CIA e pelos dirigentes kuwaitianos tem também o objetivo de tentar derrubar o presidente do Iraque, Saddam Hussein. O suposto "complô" que mataria o ex-presidente dos EUA não tem nenhum fundamento. As "confissões" de iraquianos sobre o assunto foram arrancadas sob tortura e não têm validade.

Repercussão do Bombardeio. Dentre os vários ataques das forças militares dos EUA a outros países, este foi o primeiro em que o

Conselho de Segurança da ONU não "deu sua autorização" (sic). Isso coloca o governo Clinton em dificuldades na medida que parte dos seus aliados apoiar o ataque ou o ver com reservas.

As maiores exceções creditam-se ao governo subserviente da Inglaterra e da Rússia. O primeiro ministro John Major apoiou incondicionalmente os ataques. Apesar do Partido Trabalhista Britânico, tradicional aliado do Partido Democrata americano ter condenado o bombardeio. A chancelaria russa também deu total apoio ao ataque.

Na França, mesmo o governo conservador preferiu apenas dizer que "tomou conhecimento dos ataques... e entendia as razões dos EUA..." (sic). O Partido Socialista Francês optou por discordar da atitude americana, ainda que sob o pretexto de que tal medida não estava "respaldada em decisão do Conselho de Segurança da ONU". O não menos poderoso Partido Social Democrata da Alemanha, SPD, viu apenas "inconsequência nesse ato". Tal condenação aberta foi a primeira em muitos anos. A China, único país do campo socialista ainda com poder de veto no Conselho de Segurança, condenou a ação dizendo que "poderá agravar ainda mais as tensões na região". Já a posição

do Brasil foi vacilante, precisa ser melhor situada.

Repúdio mundial. Partidos revolucionários e progressistas de todo o mundo condenaram energeticamente a atitude belicista americana (leia nota oficial do PCdoB nesta edição). O deputado do PCdoB, Haroldo Lima denunciou a agressão imperialista ao Iraque no plenário da Câmara.

A CUT por sua vez divulgou nota condenando o ataque norte-americano, que considera um atentado aos direitos humanos e à soberania das nações. Em todos os países árabes, incluindo-se aí os tradicionais aliados dos EUA no Oriente Médio, foram emitidas notas de suas respectivas chancelarias repudiando as agressões.

Em São Paulo, ocorreu, importante manifestação na Praça Ramos no dia 1 de julho, onde foi queimada uma bandeira americana.

A população de 21 países árabes e 46 que possuem maioria muçulmana, realizou na segunda-feira, 28, manifestações de rua, queimas de bandeira dos EUA e protestos em frente aos consulados e embaixadas norte-americanas.

Até a *Folha de S. Paulo*, em editorial intitulado "Polícia do Mundo", publicado em 29 de junho, é categórica quando afirma que "... não há nada que justifique

que os EUA se arroguem o papel de juri, juiz e carrasco, distribuindo uma pena que mata sem saber quem..."

As perspectivas. É difícil prever se os ataques vão continuar. Desde a posse do atual presidente "democrata" em 20 de janeiro, o Iraque já sofreu alguns ataques. Regiões ao sul e ao norte do Iraque, abaixo do paralelo 32 e acima do 36, foram mais uma vez bombardeadas na terça-feira, sob o pretexto que os caças F-15 haviam sido enquadrados nos radares das baterias antiaéreas iraquianas.

As atitudes americanas podem ser entendidas como de completo desespero do governo dos Estados Unidos. A extrema militarização do Estado americano leva a crer que as agressões e os ataques devem continuar. Mais do que nunca aproxima-se a possibilidade de crise energética e um possível novo choque do petróleo. Cresce o radicalismo islâmico no mundo árabe e o nacionalismo pan-árabe também se desenvolve.

As contradições entre o imperialismo norte-americano e as aspirações dos povos árabes têm chegado a níveis, que não fazemos supor a diminuição das tensões.

Repúdio do governo iraquiano

Após os bombardeios a Bagdad, o Conselho de Comando da Revolução Iraquiana - na prática o órgão de poder central do Iraque - emitiu uma dura nota condenando mais essa atitude terrorista dos Estados Unidos. Redigida em tom emocional, a nota conclama os "bravos iraquianos" a continuar a sua firme resistência ao imperialismo norte-americano.

O governo do Iraque acusa a administração Clinton de ter planejado mais essa ação visando "... dominar os recursos da região, pilhar suas riquezas e subjugar-las à vontade imperialista...". Mais uma vez fica clara a questão da soberania sobre o petróleo do mundo árabe. A nota desmascara a pseudo

democracia americana quando afirma que "essa agressão é uma clara demonstração da selvagem índole e da hegemonia norte-americana sobre o mundo". O próprio exemplo do caso da Somália é mostrado no documento, quando afirma que "... o povo da Somália descobriu que a operação (de ocupação) era, na verdade, apenas uma ocupação militar disfarçada e começou a denunciar a farsa. Os norte-americanos passaram, da farsa de distribuição de alimentos aos somalis para o lançamento de mísseis, bombas e chumbo contra eles..."

A nota consegue compreender claramente a questão da chamada Nova Ordem Mundial. Proclama que "... o povo

iraquiano descobriu a verdade do que se chama "Nova Ordem". Ela se baseia no domínio, terror, crime e na violação de todas as normas, leis e valores morais reconhecidos pela humanidade..."

Para finalizar, faz um importante chamamento ao povo do Iraque: "... A nova agressão brutal é condecoração no peito de um povo heróico e de uma pátria combatente. Misericórdia a nossos mártires, cura a nossos feridos e maldição aos assassinos criminosos, governantes dos Estados Unidos, cujas mãos estão manchadas com o sangue dos inocentes do Iraque, Somália, Palestina e os cantos do mundo..."

O gangsterismo substitui o direito

Humberto Setembrino Carvalho

Procurador de Justiça no RS

O recente bombardeio, determinado pelo Presidente Clinton a setores de Bagdad, levou não só morte e destruição de forma indiscriminada, como também feriu, em profundidade, velhos postulados das relações internacionais.

Lieber, um jurista norte-americano, elaborou em 1863, a propósito da Guerra de Secessão, "as instruções para os exércitos em campanha", transformadas em lei ordinária. O artigo 16 dessa mais que centenária norma de direito interno dos EUA determinava, expressamente, respeito aos cidadãos desarmados do país inimigo em suas pessoas e em seus bens. Considerava, ainda, a represália como triste motivo de ato de guerra, somente cabível como sanção, nunca como "vendetta".

A Carta das Nações Unidas afirma, em seu artigo 1º, que são propósitos daquela organização: "manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim, tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaça à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar por meios pacíficos, e de conformidade com os princípios da justiça e do Direito Internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar à perturbação da paz".

Os foguetes "yankees" feriram o direito interno norte-americano e esfaçalharam a Carta das Nações Unidas.

É vetusto princípio do Direito Internacional que, advinda a paz, entre as nações beligerantes, dá-se o postlimínio, expressão trazida do Direito Romano, pela qual os Estados retornam ao "status quo ante bellum" (à situação anterior a guerra). Após a Guerra do Golfo, dever-se-ia retornar, na medida do possível, à situação anterior à beligerância. Porém, por qualquer motivo que justificasse a intervenção pacífica dos mecanismos internacionais de solução de controvérsias, os EUA não respeitaram aquele postulado, submetendo a ferro e fogo a todos, civis ou militares, retornando unilateralmente à situação de guerra.

A agressão covarde deu-se por motivos internos dos EUA. Essa motivação transforma o Direito Internacional em "farrapos de papel", substituindo suas regras e tratados pelo "código de honra" dos mafiosos, pelos valores do gangsterismo quando busca soluções violentas nas eventuais ameaças, nem sempre confirmadas, ao poderio de uma gangue.

Os povos amantes da paz devem repensar os instrumentos internacionais existentes, pois a ONU, após o fim da bipolarização, na nova (des)ordem internacional, tem sido instrumento dócil, até por motivos financeiros, das decisões norte-americanas.

A América Latina viu desmoronar a OEA com a posição do governo norte-americano na Guerra das Malvinas.

O mundo, nos dias atuais, assiste, estupefocado, a inércia do Conselho de Segurança, do Secretariado Geral e de outros mecanismos da ONU que deveriam tomar medida para garantir a paz e não simplesmente serem os avalistas de atos unilaterais de grandes potências que agem como gangsteres, sem qualquer preocupação internacional, no saber de suas questões internas.

ARQUIVO

CONSCIÊNCIA Socialista

Simplismo não é marxismo

Renato Rabelo
Membro do CC do PCdoB

No Seminário sobre "Atualidade do marxismo" realizado no início de junho em Calcutá, na Índia, ao qual se associaram mais de 30 partidos comunistas, três questões se destacaram em meio à troca de opiniões e teses apresentadas: 1) a relação entre dogmatismo e revisionismo; 2) a capacidade do desenvolvimento capitalista-imperialista e 3) o processo da transição do capitalismo ao socialismo.

Dogmatismo x revisionismo. Na relação entre dogmatismo e revisionismo cresce a compreensão de que na experiência de construção da nova sociedade dominou em grande parte uma visão simplista, prevalecendo na prática a idéia de um modelo único de socialismo. O dogmatismo persistiu provocando uma estagnação do desenvolvimento teórico do marxismo. Tal situação permitiu uma rotina do pensamento avançado, contribuindo assim, para o marasmo da ação crítica e revolucionária próprias do marxismo e possibilitando condições para vicejar o burocratismo.

Este se constituiu no seio do movimento socialista revolucionário, no caldo de cultura que foi germinando as condições para o oportunismo. Diante do aprofundamento da luta de classes e uma maior sobrevida do sistema capitalista-imperialista, o oportunismo passou à capitulação e ao revisionismo. Portanto, a partir da constância do dogmatismo no bojo de uma luta de classes profunda e complexa, a resultante se configurou em revisionismo e no retrocesso do socialismo.

Evolução do capitalismo. Seguindo o fio dessa apreciação prevaleceu também, em grande medida, uma visão simplista sobre a evolução do capitalismo e da sua etapa derradeira: o imperialismo. Prevaleceu uma concepção que interpretava o desenvolvimento capitalista

como um processo unilateral e linear, concluindo uma avaliação mecanicista e absolutista a respeito do colapso do capitalismo.

O aprofundamento das contradições fundamentais do sistema burguês, seus impasses objetivos, tinha de ser visto de forma interligada com os mecanismos políticos, econômicos, culturais e tecnológicos produzidos pelo próprio capitalismo. Isso tem permitido a "convivência" entre a barbárie crescente e a maior exclusão da população dos frutos do progresso, com o desenvolvimento ainda das forças produtivas, prolongando sua sobrevida histórica. Essa realidade objetiva pode perdurar por mais tempo se no plano subjetivo, como dizia Lênin, o "tumor oportunista" não for lancetado.

Transição ao socialismo. Por fim, a transição do sistema capitalista ao sistema socialista vem sendo interpretada e aplicada também de forma vulgar e mecânica. Em termos simples, a visão do "tudo ou nada". Ou se estatiza tudo, confisca toda a burguesia, planeja a economia em todos os seus aspectos e acaba com qualquer resto de mercado, ou não existe socialismo.

Nesse sentido, a idéia que aflorava é que o socialismo pode ser simplesmente "estabelecido" ou que a realidade terá de se regular aos nossos desejos. Afastou-se da visão marxista de que o socialismo é um "movimento real" que supera o capitalismo partindo das "premissas existentes" na própria sociedade burguesa. Por conseguinte, o novo sistema que nasce da revolução é "extremamente complexo", composto de múltiplos elementos capitalistas e socialistas. Estes só prevalecem no desenvolvimento de longo e irregular período de transição, principalmente em países de desenvolvimento atrasado e conforme suas peculiaridades.

A realidade demonstra que a construção da nova sociedade socialista é mais complexa, variada e demorada do que nós comunistas prevíamos. Em resumo, estas são questões que posso retirar da experiência do seminário de Calcutá.

Partido decide crescer em SP

Desde a sexta-feira à noite, 18 de junho, e durante todo o sábado e domingo seguintes, cerca de 300 militantes comunistas - na maioria delegados, além de alguns convidados - estiveram reunidos na 2ª Conferência Municipal do PCdoB na capital paulista.

A abertura contou com a presença do presidente nacional do partido, João Amazonas, e de representantes do PT e do PDT. Na palestra proferida por Amazonas foram ressaltados três pontos principais: 1) o Brasil continua numa encruzilhada histórica, cada vez mais dependente, com o povo vivendo em condições extremamente penosas; 2) as classes dominantes do país são incapazes de formular um projeto para tirar o Brasil da crise; 3) nesse quadro é relevante o papel que deve jogar o PCdoB, que vê claramente as causas da crise e propõe uma solução de ruptura para resolver os problemas nacionais e sociais.

Amazonas afirmou que para o partido cumprir a missão que lhe está destinada é preciso crescer, sendo necessário os dirigentes e militantes irem mais e mais ao encontro das

massas populares, oferecendo-lhes uma alternativa de luta, apresentando-lhes o partido.

No sábado e domingo os delegados se debruçaram sobre a realidade de São Paulo que é a quarta maior cidade do mundo, com seus mais de 10 milhões de habitantes no município e 17 milhões na área metropolitana. Há uma brutal concentração de riqueza nas mãos de um punhado de

magnatas e milhões vivendo na miséria. Os desempregados passam de 1 milhão e duzen-

tos mil na Grande São Paulo.

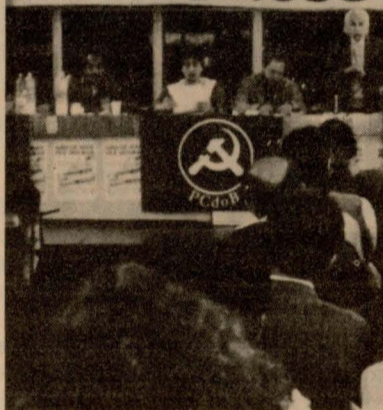
Filiar 7 mil. Em São Paulo está a maior articulação dos empresários, a Fiesp, o principal pólo da direita nacional com Paulo Maluf, prefeito da capital, e ainda o mais destacado representante da burguesia no movimento sindical, Luiz Antonio Medeiros e sua Força Sindical. É de São Paulo também um dos maiores expoentes atuais do neoliberalismo, o ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso. Daí a Conferência ter adotado como resolução política colocar o projeto neoliberal e seus representantes como alvo do combate do PCdoB.

A 2ª Conferência elegeu para presidente de honra o secretário-geral do Partido Comunista Sul-africano, Chris Hani, recentemente assassinado pelos racistas da África do Sul. Estiveram em visita ao evento dois deputados cubanos representantes da juventude da ilha caribenha e uma delegação da OLP. Tudo isso marcou o caráter internacionalista da Conferência.

Nos dois dias de debates falaram 74 pessoas além das que apresentaram os informes de abertura. Num clima de animação a idéia geral que ficou marcada é que o PCdoB de São Paulo precisa expandir suas fileiras a fim de superar a contradição entre influência política crescente e o pequeno número de militantes que o partido tem atualmente. Por isso o partido resolveu ousar e dobrar seu número de militantes em 60 dias. Ficou ainda estabelecida a meta de legalizar o partido em 12 dos 35 distritos da capital até 1994. Isto implica em 7 mil novos filiados. O crescimento partidário junto à classe operária ficou destacado como tarefa coletiva.

Para a Comissão da Capital foram eleitos: Joel Batista (coordenador), Lilian Martins, Arnaldo Alves, Ana Martins, Vital Nolasco, Osvaldo Alves, Wagner Fajardo e Antonio Soares (Tom). Pelo interesse nos debates, pelo clima de unidade e entusiasmo, pelas resoluções que adotou, a avaliação que se faz é que a 2ª Conferência representou um salto de qualidade no aspecto político e ideológico para o PCdoB.

2ª Conferência Municipal do PCdoB - 1993



ALEXANDRE MACHADO

Convenções agitam o PCdoB

Prosseguindo a campanha para manter seu registro definitivo, o PCdoB faz convenções que agitam o partido em vários estados e coloca sua militância em busca de novos filiados em cidades interioranas.

No Pará a meta é legalizar o PCdoB em 30 municípios e o destaque da campanha são os deputados Newton Miranda e Socorro Gomes, que acompanham as brigadas ao interior, fazem reuniões com prefeitos, vereadores e lideranças populares e apresentam o partido à sociedade. Cidades como Belém, Castanhal, Ananindeua, Paraopebas e Marabá já cumpriram as metas de filiação. A convenção de Belém será um ato político e, neste processo, o partido se prepara para as campanhas eleitorais de 94.

No Rio Grande do Norte a meta é legalizar o partido em 41 municípios e o destaque é a região de Seridó, em que estão as cidades de Currais Novos e Caicó, onde haverá 15 convenções. Natal já cumpriu a meta de filiações. Em 15 municípios do estado o partido já é legalizado.

No Piauí o objetivo é fazer convenções em 35 municípios. Teresina, Parnaíba, Altos, Barras e Floriano já fecharam as metas. A convenção de Natal será também um ato político. No Amazonas e no Rio de Janeiro o partido realizou seminários com militantes e dirigentes para fazer balanço das atividades partidárias e definir os rumos da atuação política dos comunistas.

(Sueli Scutti)

Dicionário Marxista

Madalena Guasco Peixoto
Professora de Filosofia da PUC-SP

Ao responder à questão sobre qual a relação entre o mundo e o pensamento, entre o ser e o pensar, a matéria e a consciência, entre o espírito e a natureza, os idealistas de todas as épocas afirmam o caráter primário do espírito diante da natureza, defendendo que o pensamento, o espírito, a consciência é primária e determina a existência da matéria, da realidade, do mundo.

Os materialistas, com base na ciência, defendem exatamente o contrário, ou seja, que a matéria, a realidade, o mundo é primário e o pensamento, a consciência, quando existe, advém das determinações e desenvolvimento do mundo material.

A filosofia marxista - ou materialismo dialético - tem uma compreensão científica das leis da evolução da natureza, da sociedade e do pensamento humano. Assim é também um método de conhecimento da realidade. Suas conclusões baseiam-se no estudo da realidade objetiva. Neste sentido está sempre em desenvolvimento e se atualiza toda vez que historicamente generaliza o que o conhecimento humano acumulou e dá conta de entender o processo de movimento da realidade não só no presente, mas nas possibilidades do futuro.

A filosofia marxista é composta pelo materialismo dialético, que é a concepção mais geral das leis do movimento da natureza, do pensamento e da sociedade; pelo materialismo histórico, que é o entendimento marxista dialético das leis que regem o desenvolvimento e transformações da sociedade; e pela teoria do conhecimento, que é o materialismo dialético e o histórico aplicados ao entendimento do desenvolvimento da consciência e do pensamento humano.

Dicas

O monopólio do cinema americano

Dilson Marsico

Secretário da Comissão Pró-Cinema de Pelotas (RS)

O cinema brasileiro começa a renascer após a extinção pelo governo Collor do Concine (Conselho Nacional de Cinema), que tinha o objetivo de normatizar e fiscalizar o mercado, e da Embrafilme (financiadora, co-produtora e distribuidora). Numa área de 400 hectares, o cinema brasileiro revive através das filmagens de seis longas-metragem como *Sábado*, de Ugo Giorgetti e *Terceira Margem*, de Nelson Pereira dos Santos.

A crise do cinema brasileiro não é apenas de financiamento, mas também de distribuição. Atualmente mais de vinte filmes conservam-se inéditos nos cinemas, embora muitos tenham sido premiados no exterior. A distribuição de filmes é cerca de 70% pertencente a distribuidoras norte-americanas que fecham o mercado nacional para os cineastas brasileiros e preferem programar o lixo comercial enviado por *Tio Sam*.

Cinema Competitivo. O poder predatório das distribuidoras norte-americanas não vem de hoje. Entre os anos 70 e 80, quando o cinema brasileiro começou a tornar-se competitivo com o americano (*Dona Flor e seus dois maridos* teve 12 milhões de espectadores, enquanto *ET* teve 8 milhões), preocupada com a invasão do público brasileiro aos cinemas, a *Montion Pictures* mandou seu chefe-geral para o Brasil.

Recentemente o senador Márcio Lacerda (PMDB-MS) subiu à tribuna para pedir uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investigue a ação da *Montion Pictures*

Association of America (MPAA) em território brasileiro. A MPAA é uma entidade que congrega as empresas cinematográficas norte-americanas e tem uma relação estreita com a Casa Branca. Foi através de Harry Stone (representante da MPAA no Brasil), que Collor obteve o primeiro encontro com George Bush nos EUA. Collor não decepcionou, extinguindo o cinema brasileiro.

Cinema Nacional. Segundo o senador Lacerda, a MPAA usou mais de 300 ações judiciais, além de pressões políticas e econômicas contra os extintos Concine e Embrafilme, impedindo que estes órgãos pudessem agir em defesa da produção nacional.

Mas o controle não se restringe somente ao mercado de distribuição. As salas exibidoras estão subjugadas às distribuidoras. Se os exibidores não cumprirem o que eles querem, os distribuidores não cedem os filmes de sucesso. Além do que, as distribuidoras americanas oferecem 50% da receita ao exibidor, enquanto nos EUA apenas 10% fica para o exibidor e o restante para o produtor e o distribuidor, o que caracteriza um *Dumping* e contraria as leis internacionais de mercado. É o controle total do mercado do cinema desde a produção, distribuição, até a exibição.

Manter vivo o cinema nacional é resgatar a identidade cultural de um país dominado pela indústria americana e pelo espelho colorido da TV que mais confunde do que reflete.

Cultura



Maiakóvski em junho de 1929

"O coração turbulento" Maiakóvski

Marcos Ruy

A poesia de Maiakóvski provocou os círculos intelectuais, mas foi amada pelo povo soviético

Quando atacavam o palácio Smolni, em Petrogrado, na derradeira batalha da Revolução Russa de Outubro de 1917, com os bolcheviques assumindo o poder, os marinheiros entoavam uma canção popular adaptada aos seguintes versos de Vladimir Vladimirovitch Maiakóvski:

*Come ananás
Mastiga em paz
O teu último dia chegou burguês...*

O fato mostra a importância do poeta russo, conhecido como o "coração turbulento" da Revolução, sempre presente nos conturbados acontecimentos daquela época.

Maiakóvski nasceu a 7 de julho de 1893, na aldeia georgiana de Bagdadi, que hoje tem o seu nome. Era filho do guarda florestal Vladimir Maiakóvski com Aleksandra Aleksándrovna e tinha duas irmãs mais velhas: Ludmila e Olga. A sua infância se passa nessa região do Cáucaso, em constante contato com a natureza. Com a morte do pai, a família muda para Moscou. A vida do poeta se transforma porque ele adquire gosto pela filosofia e se aproxima do marxismo.

Movimento futurista. No período de 1914 a 1916, Maiakóvski se vê em meio a inúmeros acontecimentos que mudaram os rumos de sua vida. Ele é expulso da Escola de Belas-Artes e abraça a pregação do movimento futurista russo,

equivalente à Semana de Arte Moderna de 1922, no Brasil, do qual o poeta tornou-se a maior expressão. Os futuristas pretendiam erigir a arte em bases proletárias com a utilização da linguagem popular. Para muitos, os futuristas russos deram uma "bofetada literária" nos círculos "cultos" do país. Para o romancista Maximo Górkki o grande mérito desse movimento consistia "em seu empenho de levar a arte à rua, ao povo, às massas."

Um fato marcante dessa época, na vida de Maiakóvski, é a sua paixão por Lila Brik, que conheceu em 1915 e com quem o poeta passaria os seus últimos quinze anos. Daí em diante a sua obra adquiriu traços ainda mais fortes e praticamente tudo o que ele escreveu passou a ser dedicado à Lila. Justamente porque a vida e a obra do "coração turbulento" estão de tal modo entrelaçadas fica difícil dissociar uma da outra. Para ele, "a arte deve ligar-se estreitamente com a vida. Fundir-se com ela ou perecer."

Morrer de vodca. Como um incansável batalhador da causa proletária, Maiakóvski colaborou com inúmeras revistas e jornais, difundindo os novos ideais com sua arte. Em 1925 a sua fama já era fato consumado e camadas mais amplas do povo e da juventude manifestavam apreço por seus trabalhos. A crítica literária foi contundente contra a nova estética imprimida pelo poeta. Para os críticos as poesias de Maiakóvski eram inacessíveis ao povo. Ora o acusavam de fazer mera propaganda política com uma arte panfletária, ora o criticavam por ele escrever poemas de amor que não serviam à causa proletária.

Para contrariar os críticos, o poeta corria o país para divulgar sua obra e era entusiasta em grandes debates com o público. Num desses recitais, na hora em que Maiakóvski declamava os seguintes versos: *Com Lénin em nossas mentes/E com um fuzil em nossas mãos...* um soldado o interrompeu e disse: *E com tua poesia em nossos corações, camarada Maiakóvski.* O poeta hesitou um momento e limitou-se a responder: *Muito obrigado, camarada.*

Apesar das pressões da vida, Maiakóvski disse que "é melhor morrer de vodca que de tédio". Mas no dia 14 de abril de 1930, ele não morreu de vodca. De tédio quem sabe... O poeta suicidou-se com um tiro no coração. A sua morte comoveu o povo soviético que compareceu em massa para visitar o seu ataúde em Moscou. Após 63 anos de sua morte, as poesias de Maiakóvski ainda instigam corações no mundo inteiro.

Agenda

III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo - Salvador - BA.

4 a 7/07 - Conferência sobre Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, com participação dos ministros de Estado.

7-8/07 - Seminário sobre Educação.

9-10/07 - Seminário sobre Cultura e Desenvolvimento - I Encontro Ibero-Americano de Jornalistas.

10-15/07 - Festival de Cinema Ibero-Americano.

12-13/07 - II Conferência Sindical Ibero-Americana.

14/07 - Encontro de Chefes de Estado.

15/07 - Abertura da Conferência, às 15 horas, com a presença de Fidel Castro. Às 17 horas, Ato de Solidariedade ao povo cubano.

11-16/07 - 45ª Reunião Anual da SBPC - Recife - PE.

23 a 25/07 - I Seminário Nacional da UNEGRO (União dos Negros pela Igualdade) - Salvador - BA.

ASSINE A CLASSE

Nome _____
Endereço _____
Bairro _____ CEP _____ Telefone _____
Cidade _____ Estado _____
Profissão _____ Data ____/____/____

Assinatura semestral: Cr\$ 600.000,00 - Assinatura trimestral: Cr\$ 300.000,00
Assinatura semestral de apoio: Cr\$ 1000.000,00

Preencha e envie hoje mesmo este talão para a *A Classe Operária*. Não mande dinheiro. Mandar cheque nominal e cruzado, ou vale postal, em nome da Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda. - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01318-020 - Fone (011) 34-4140 - Fax (011) 36-0412.

A Classe Operária

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - **Editora:** Ana Maria Rocha - **Redação:** Dilermando Toni, Guiomar Prates, Sueli Scutti, Marcos Ruy **Correspondentes:** Calucho Carvalho (BA), José Ribamar Praseres (MA), Linduarte Júnior (PE), Luciana Costa (PA), Marcos Lopes (PI) Niura Delfort (SE) - **Colaboradores:** Altamiro Borges, Antonio Carlos Queiroz, Bernardo Joffily, Carlos H. Vasconcelos, Carlos Pompe, José Reinaldo Carvalho, José Carlos Ruy, Jefferson Barros, Juarez Tadeu, Lejeune Mato Grosso, Moacyr de Oliveira Filho, Olivia Rangel, Pedro Augusto Pereira, Pedro de Oliveira, Umberto Martins - **Projeto Gráfico:** Auracébio Pereira - **Diagramação:** José Luis Muñera Reyes - **Composição e Arte Final:** Compuart - Fone: (011) 251-1571 - **Fotolito:** Enfocke **Impressão:** Central Print - **Administração:** Vera Lúcia Lopes da Silva - **Fotografia:** Leandro Shilipake - **Secretaria:** Sílvia Regina Lopes - **Revisão:** Alexandra Araújo - Publicação quinzenal da Empresa Jornalística *A Classe Operária* - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo-SP - CEP 01318-020 - Fone: (011) 34-4140 - Fax: (011) 36-0412

ACRE - Rio Branco - R. Rio Grande do Sul, 65 - (068) 224-7329 - ALAGOAS - Maceió - Av. Moreira e Silva, 430 - Farol - (082) 221-4634 - AMAZONAS - Manaus - R. Luiz Antony, 762 - Centro - (092) 233-7717 - AMAPÁ - Macapá - Av. Feliciano Coelho, 882 - Bairro do Trem - BAHIA - Salvador - R. José Duarte, 5 - Tororó - (071) 321-6420/321-6622 - CEARÁ - Fortaleza - R. São Paulo, 1.037 - Centro - (085) 221-4090 - DISTRITO FEDERAL - Brasília - HIGS 704, Bloco G, Casa 67 - (061) 225-8202/225-3933 - ESPÍRITO SANTO - Vitória - R. Prof. Baltazar, 152 - Centro - (027) 222-8162 - GOIÁS - Goiânia - Av. Anhanguera, 3599 - Ed. São Luís - 3º andar - Centro - (062) 212-4014 - MARANHÃO - São Luiz - R. Viana Vaz, 110 - Centro - (098) 222-5295 - MINAS GERAIS - Belo Horizonte - R. Padre Belchior, 285 - Centro - (031) 222-3161 - MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande - Rua 13 de Maio, 3.853 - Sala - Centro - (067) 221-1390 - MATO GROSSO - Cuiabá - R. Comandante Costa, 548 - Centro - (065) 321-5095 - PARÁ - Belém - R. Manoel Barata, 1157 - Reduto - (091) 222-8733 - PARAÍBA - João Pessoa - R. Pedro II, 932 - Centro - (083) 221-8325 - PERNAMBUCO - Recife - R. Afonso Pena, 233 - Boa Vista - (081) 231-2038 - PIAUÍ - Teresina - R. Desembargador Freitas, 1.216 - Centro - (086) 221-1162 - PARANÁ - Curitiba - R. Padre Manoel do Carmo, 150 - Centro - (041) 223-5920 - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro - Av. 13 de Maio, 33 - 16º andar - Conj. 1601 - Centro - (021) 240-5286/532-4118 - RIO GRANDE DO NORTE - Natal - R. Vaz Godin, 86 - Centro - (084) 222-6323 - RONDÔNIA - Porto Velho - R. 11 casa 365 Conjunto Chagas Neto - (069) 222-4242 - RORAIMA - Boa Vista - Av. Capitão João Bezerra, 959 - São Francisco - (095) 225-1546 - RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre - R. Dr. Vale, 142 - Floresta - (051) 228-5152 - SANTA CATARINA - Florianópolis - Av. Mauro Ramos, 475 - Centro - (0482) 24-1927 - SERGIPE - Aracaju - R. Lagarto, 890 - Centro - (079) 224-8664 - SÃO PAULO - São Paulo - R. Condessa de São Joaquim, 272 - Liberdade - (011) 37-8483 - TOCANTINS - Gurupi - Avenida Goiás, 1962b - Centro.



O cidadão Kane Marinho

▼ **A censura global do dr. Roberto Marinho ao vídeo "Brasil além do cidadão Kane" reaviva a triste lembrança dos tempos da ditadura**

Pedro de Oliveira e
Rovilson Brito

Como se estivéssemos revivendo os momentos escabrosos da censura do período da ditadura militar - quando jornais clandestinos passavam de mão em mão e filmes proibidos reuniam corajosos espectadores em salas escondidas - reproduções em vídeo do documentário *Brasil: Beyond Citizen Kane* (Brasil: Além do Cidadão Kane) vêm sendo exibidas em sindicatos e de várias outras formas, pelo país afora.

O anúncio da primeira exibição pública do vídeo no início de junho, no Museu da Imagem e do Som (MIS) em São Paulo, chamou a atenção do Dr. Roberto Marinho, que pediu ao governador de São Paulo, Luiz Antonio Fleury Filho, o favor de cancelá-lo, no que foi prontamente atendido, segundo apurou a reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*.

O fato é que os quatro programas produzidos para a série "Canais da Resistência" da TV inglesa *Channel 4*, dirigidos pelo jornalista Simon Hartog, precisaram superar inúmeros obstáculos legais interpostos pelas Organizações Globo na Europa. Vencidos todos os processos, os programas puderam ser exibidos, após sete anos de intensa pesquisa, gravações de inúmeras entrevistas (muitas das quais acabaram nem sendo aproveitadas na versão definitiva) e do trabalho de edição propriamente dita, finalizada pelo diretor no leito de um hospital, onde logo após o término, acabou falecendo. Antes disso, entretanto, deixou como um de seus últimos

pedidos, para que o vídeo fosse exibido nas universidades e escolas brasileiras.

Retrato de um monopólio. Apresentada como a quarta rede mundial de TV, atrás apenas das 3 maiores redes americanas, o vídeo tenta provar que mesmo assim é mais poderosa ainda do que a NBC ou a ABC. O monopólio exercido pela TV Globo domina cerca de 70% de tudo que se vê nas telinhas brasileiras. Chico Buarque, um dos personagens ouvidos para o documentário, constata que Roberto Marinho "é mais poderoso do que o Cidadão Kane. Nada se faz neste país sem consultá-lo. É assustador!" É bom lembrar a visita feita por Fernando Henrique à sede da Globo antes da divulgação de seu Plano Econômico.

Logo na primeira parte do vídeo, se procura traçar um retrato da estrutura "global". São mais de 89 mil emissoras filiadas que repassam para 99,9% das telas da TV brasileira, 75% de toda a programação elaborada no Brasil, com índices de audiência de 70 e 80%. Cerca de 75% das verbas publicitárias, segundo o documentário, vão para a rede Globo. Neste bloco, os produtores ingleses explicam como funciona o sistema de concessões no Brasil, mostrando que 2/3 das empresas de TV estão, direta ou indiretamente, ligadas a políticos.

Ao lado da Globo, apresenta-se o tipo de programação popularesca da SBT, o canal de Sílvio Santos. Faz-se, também

um histórico da implantação da TV no Brasil, a partir de 1950, com os primeiros programas da TV Tupi, em São Paulo, capitaneada por Assis Chateaubriand. Registra, ainda a cassação da TV Excelsior, por ter se colocado contra o golpe militar de 64. Em paralelo, o vídeo vai mostrando um painel dos acontecimentos políticos dos últimos 40 anos de história brasileira, estabelecendo a relação íntima entre os planos da ditadura militar, a implantação de uma poderosa rede de comunicações em todo o território nacional e a estruturação da Globo, associada ao grupo TIME/LIFE, em seus primórdios.

Com entrevistas de profissionais e protagonistas dos principais eventos que, marcaram a construção do império da rede Globo - menos a do próprio Roberto Marinho, que se recusou a gravar - o documentário desvenda os tortuosos caminhos percorridos nesta aventura pelos asseclas da *Vênus Platinada*.

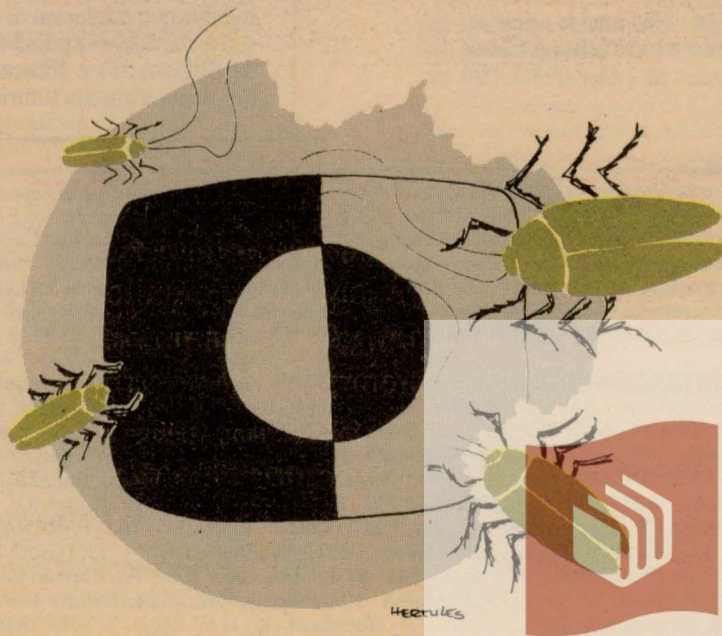
As nove famílias. No Brasil, nove grupos familiares controlam 90% da informação divulgada. É o clã dos Marinho (GLOBO), Abravanel (SBT), Bittencourt-Nascimento Brito (Jornal do Brasil), Bloch (Manchete), Civita (Abril), Frias (Folha de S. Paulo), Mesquita (Estado de S. Paulo), Saad (Bandeirantes) e Sirotski (Rede Brasil-Sul). Os programas da TV inglesa, no entanto, mostram o que se poderia dizer como a ponta do iceberg da questão do

monopólio das comunicações no país.

Muita lama existe ainda por ser desvendada atrás das câmaras, especialmente as da rede Globo. Essa é uma das tarefas que o *Movimento pela Democratização* das Comunicações no Brasil está se propondo. Ao denunciar a situação atual, o movimento também se preocupa em lutar por uma legislação democrática para o país. Foi neste sentido que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Informática e Comunicações da Câmara dos Deputados realizou em Brasília, no último dia 20 de maio, a primeira audiência pública para ouvir a sociedade sobre a nova Lei de Imprensa e Informação, em tramitação no Congresso.

Exemplos de maquiagem. O último bloco da série de programas do vídeo, dá quatro exemplos de como a rede Globo tergiversa e maquia a realidade. No primeiro, mostra-se como as greves operárias do ABC foram tratadas. Somente tinham voz os patrões. Sindicalistas apareciam apenas como arruaceiros e terroristas. O exemplo seguinte revela como as eleições para o governo do Estado do Rio de Janeiro, vencidas por Leonel Brizola, quase sucumbiram a uma poderosa trama armada por Roberto Marinho para prejudicar seu adversário. O terceiro exemplo é gritante: a Globo tentou transformar o comício pelas Diretas-Já, realizado na Praça da Sé, em São Paulo no dia 25 de janeiro de 1984, como se fosse uma manifestação popular em comemoração ao aniversário da cidade. Por último, a TV inglesa desvenda o golpe perpetrado pela direção da Globo contra a candidatura de Lula, em 1989, quando distorceu completamente o compacto do último debate entre os dois candidatos ao segundo turno.

O toque de esperança no processo de conscientização do povo brasileiro, segundo o programa, fica por conta de uma entrevista feita em uma casa da periferia de Salvador, a família Silva, onde o casal desconfia do "dedo da Rede Globo" nas últimas eleições presidenciais, privilegiando Collor em detrimento de Lula.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois